

Municípios



A Revista da Associação Paulista de Municípios

Ano IX • Número 69

DE SÃO PAULO

Mobilização de prefeitos garante vitórias



Entrevista Especial:

Lu Alckmin,
presidente
do Fundo Social
de Solidariedade



Desenvolve SP
investe R\$ 483
milhões nas
Prefeituras





**RAIO PODE MATAR.
SE COMEÇAR A
CHOVER, CORRA
PARA SE PROTEGER.**





Chegou a estação mais chuvosa do ano.
E, com ela, vêm os raios e trovoadas.
Não deixe que isso estrague seu verão.
Siga as orientações abaixo e compartilhe
essas informações com seus amigos
e familiares. São pequenos cuidados
que podem salvar bem mais do que suas
férias ou seu fim de semana.
Podem salvar vidas.

Em caso de chuva:

- 1 - Saia imediatamente do mar ou piscina.
- 2 - Não se abrigue embaixo de árvores,
guarda-sóis ou barracas.
- 3 - Procure ajuda em um local seguro, como casas,
edifícios ou estabelecimentos comerciais.

Cadastre-se para receber SMS de alerta da Defesa Civil.
Envie seu CEP pelo número 40199. É simples e gratuito!

Veja mais dicas de prevenção em
www.defesacivil.sp.gov.br

[/DefesaCivilEstadual](#)



Sumário

05 Editorial

06 Entrevista Lu Alckmin

10 Giro Municipal

12 62° CFM

12/02 - OEM Santos sediará o 62º Congresso dos Municípios

14 Ação APM

16 Matéria de Capa

20 Desenvolve SP

R\$ 483 milhões em financiamentos para municípios paulistas

23 Espaço TRE - SP

24 Artigos

28 Espaço CRA-SP
Diálogo, catalisador de soluções

30 Espaço TCE-SP

31 Espaço IBGE

34 Espaço IPT

37 Espace “Mulheres em Destaque”

38 Municípios Aniversariantes Dezembro - Janeiro

42 Dia-a-dia

04 | Revista Municípios de São Paulo

DF9G89BH9855DA

97F9AF-E; F5@
5B1C8C793F; CB4C8956F9
JYNUcfXYdFMyg@%&U%-*L
%GMWfzfC.9663H-CA-6E5
JYNUcfXYdFMyg@%&U%-*L
&GMWfzfC.84C8FC8B87F5J5@C
DYZjfcXYDU>bJF88%U8888L
'GMWfzfC.85B-953977C65C8B8C
DYZjfcXYAcYfc@VU;T88%U888%Y8884U8888

H001 F9FC; 9F5@
MC B3C@-95C@
DYZ@/t cXAYbDqUfUf, - U% - &Y% - + U\$\$\$@L
%1H@f MfC 'AC89HCG@-@-H-C: @C
DYZ@/t YJYfWUfXY@/t qf@% U\$\$\$@Y &S@U@S@ (U@%L
&1H@f MfC 'A5F7C5B4B@C@DF9f586FC7-5
DYZ@/t cXfYf Y@Y: Y@U@S@U@S@ U@% U@%@% U@S@L
' 1H@f MfC DB @CGf: €5@9G

708962C: 675@
A87C5B1C874768B=

GMWZfc A5FC9FB5B9-4N65@A
DYZJfc XY5H0EJ-1f88\$ U&88L
70B90c89069EHC
D9gNby. 8E1 9-FE 9EBH0C8C8-0E6
JMW DYZJfc YJYU1cFXYGc-c3XU6dUJgU1% - U% - *% , ' U% - &Y&8% U&88L
JMW DYZJfc Y: F989F-C; I-80B-G5FEB98C
DYZJfc XY7a d9gJc-c3X-c188% U&88% Y&88% U&88L
GMWZfc @-AN00 HCA5B1F9F5
DYZJfc XY5H0EJ-1f88\$ U&88L

F95UÉ9GD 6475G

NOVOS DESAFIOS

Prezados amigos Prefeitos, Vice Prefeitos, Vereadores e demais gestores municipais, ao final do ano, quando costumamos fazer um balanço de nossas atividades, esperamos que vocês tenham alcançado seus objetivos e cumprido os compromissos assumidos em campanha, neste primeiro ano de mandato.

Sabemos que o primeiro ano sempre é muito difícil, onde o grande desafio é controlar e comandar toda a máquina administrativa, obedecer um orçamento herdado, saldar dívidas e planejar toda a gestão. Mesmo assim, esperamos que possa iniciar o novo ano com energia e esperanças renovadas, com confiança e vontade de fazer a coisa certa para o bem do povo de sua terra. De nossa parte, este primeiro ano também foi de grandes desafios, mas estamos encerrando com uma agradável sensação do dever cumprido, e de ter adquirido a confiança dos companheiros, fundamental para prosseguirmos em nossa missão de representar e defender os interesses coletivos do municipalismo paulista.

Temos enormes desafios pela frente, a começar pela organização do 62º Congresso Paulista de Municípios, em Santos, de 2 a 7 de abril, no ano em que a nossa APM completa 70 anos. Pretendemos levar todos os candidatos a Presidente, Governador e Senadores, abrindo uma grande discussão sobre o processo eleitoral, onde todos nós temos sérias responsabilidades de participarmos



Carlos Cruz
Presidente da APM

ativa e diretamente. Nesse sentido, e na busca de elaboração de uma “pauta” consensual, iremos realizar, entre janeiro a março, seis **REUNIÕES REGIONAIS PREPARATÓRIAS**, para motivar, instruir e conscientizar da importância da participação de todos. Estaremos também, engajados na “MARCHA DE PREFEITOS A BRASÍLIA”, evento liderado pela CNM que, em sua 21ª edição, defenderá extensa pauta de reivindicações em favor do municipalismo. Continuaremos editando bimestralmente a **REVISTA DOS MUNICÍPIOS**, canal aberto de comunicação com nossos associados, com tiragem de dez mil exemplares e circulação em toda a classe política do Estado de São Paulo. Todos nós, diretores, conselheiros e funcionários da APM desejamos a você e à sua família, um feliz Natal, e um ano repleto de paz e harmonia em seu lar, e realizações e alcance de seus ideais.

EDITOR E JORNALISTA

RESPONSÁVEL

Flávio Lamas

DESIGN GRÁFICO

Ana Paula Moraes

IMPRESSÃO

Lince Gráfica e Editora
www.lincebr.com

Tiragem: 10.000 exemplares

FALE CONOSCO

Assinaturas, renovações e números atrasados:
(11) 2165-9999
apaulista@paulista.org.br

Comentários sobre conteúdo, sugestões, críticas e release:
imprensa@paulista.org.br

PUBLICIDADE

CEAME - (11) 3063-5775
ceame@ceame.com.br

Revista Municípios de São Paulo, não se responsabiliza por ideias e conceitos emitidos em artigos e matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.



Com as
mãos na massa

O mundo era muito diferente quando a jovem Maria Lúcia se encantou pelo médico recém formado e vereador Geraldo, de Pindamonhangaba. Era uma época de muitas dificuldades e o que predominava na família daquela jovem, nascida em SP, mas criada em Pinda, eram os valores familiares, o respeito, o carinho e a simplicidade. Mas a vida reservava bem mais para o vereador, que dividia o tempo também fazendo residência médica. Com tudo isso, ele se elegeu prefeito, depois deputado, vice governador, governador e é um potencial candidato a presidente da República em 2018.

O mundo mudou. Mas dona Lu continua sendo a mesma pessoa com seu jeito obstinado e criativo. Poderia ter escolhido um caminho mais fácil de primeira dama, sem se expor e apenas cuidar da estrutura familiar para dar respaldo ao marido. Dona Lu fez mais, muito mais.

Criou três filhos, é extremamente preocupada com sua família, mas ainda assim conseguiu impor sua marca, com os mesmos ideais dos tempos de Pindamonhangaba. Ela criou uma estrutura que hoje se move sozinha tanto na capital como em várias cidades do interior, capacitando pessoas para que consigam, sozinhas, reforçar o sustento de seus lares. Hoje, são mais de 175 mil pessoas que aprenderam desde fazer vários tipos de pães até como trabalhar de pedreiro.

Lu Alckmin é sempre lembrada nos discursos do governador, o que revela bem o perfil desta senhora, de 66 anos, sorriso encantador, cativante e que prefere jogar bola com os netos a assistir televisão. Ele lembra, por exemplo, a noite em que caiu uma tempestade em Pindamonhangaba e ele, prefeito, recebeu um telefonema de madrugada. "Mas o que você vai fazer lá a essa hora, se não vai poder fazer nada?", questionou ela.

"Quando não dá pra fazer muita coisa, só a presença já diz muito, já é importante, porque mostra nossa preocupação", respondeu o marido. Em poucos minutos, ela estava a seu lado, tomando chuva junto com o marido, tentando minimizar o sofrimento das vítimas das chuvas.

Dona Lu gosta de exemplos. E transmite seus valores desta maneira. Ela lembra que sua mãe foi uma referência importante em sua formação. Eram 12 filhos, mas ainda assim se preocupava com as pessoas. Dona Lu faz das lembranças do carinho de sua mãe uma mola propulsora em suas ações. Os desafios de hoje são muito diferentes de antes e bem maiores agora. Porém, dona Lu mostra-se disposta a lutar pelos sonhos e ajudar as pessoas em escala cada vez maior.

Lu Alckmin é a entrevistada especial desta edição – em quatro páginas, uma deferência especial – onde fala da família, da vida na política, e desta praticamente certa luta do governador Alckmin para chegar à Presidência da República.

O casal Alckmin está vivendo um momento muito especial em sua vida política. A senhora chegou a imaginar que o então vereador Geraldo Alckmin chegaria até a concorrer à Presidência da República?

Capacidade para chegar onde chegou o Geraldo sempre demonstrou ter. Ele vem trilhando seu caminho com muito trabalho, respeito às pessoas, honestidade e retidão de caráter, sem falar que já foi vereador, prefeito, deputado estadual, deputado federal e quatro vezes governador. Experiência ele tem para assumir um posto dessa magnitude. Mas tudo acontece a seu tempo. Vamos aguardar.

Hoje, olhando para o passado, tem alguma coisa que a senhora teria feito diferente?

Não. Sou feliz pelas escolhas que fiz e pelo caminho que trilhei até o momento. Fazer o trabalho social é algo maravilhoso, que faz mais bem para quem se dispõe a ajudar do que para quem é beneficiado. Só por isso, já sou muito grata por tudo que tem acontecido na minha vida.

Em uma grande parte do trabalho de Fundos de Solidariedade, a ação chega muito próximo do paternalismo. Essa visão está errada?

Nos Fundos Municipais, acredito que essa mentalidade mudou desde que começamos a trabalhar mais fortemente com a qualificação profissional. Se você percorrer o interior do Estado de São Paulo, verá que a maioria dos municípios hoje tem convênio com algum curso da Escola de Moda, de Beleza, de Construção Civil ou



Padaria Artesanal do Fundo Social de Solidariedade do Estado. O nosso objetivo não é dar o peixe, mas ensinar a pescar. Quando a pessoa se capacita e adquire conhecimento, isto é algo que ninguém tira dela. Ela se torna independente para decidir o seu futuro.

No Fundo Social de Solidariedade de São Paulo, a senhora priorizou o foco para a capacitação das pessoas. O resultado é o que a senhora esperava?

Posso dizer que fomos além do que poderia imaginar. Para

você ter uma ideia, nossa primeira turma da Escola de Moda não chegava a 200 alunos. Hoje, formamos em média 2 mil alunos a cada dois meses. E ainda há uma fila de espera de mais de 11 mil pessoas para os cursos de Moda, Beleza e Construção Civil apenas nas nossas 10 unidades localizadas na capital.

Desde 2011, a senhora conseguiu formar e transformar a vida de mais de 175 mil pessoas, em vários setores da economia. O Fundo Social tem novas

metas a atingir?

O principal trabalho do Fundo Social de Solidariedade é e continuará sendo a qualificação profissional. Por meio dela, milhares de vidas são transformadas. Pessoas desempregadas que não tinham esperança de um futuro melhor, resgatam a auto-estima e passam a ser donas do seu próprio destino. A nossa meta é continuar expandindo todos os projetos, facilitando o acesso da população a estas oportunidades, sempre na busca da qualificação profissional para que todos sejam protagonistas de suas vidas.

Padaria Artesanal

A Padaria Artesanal foi implantada em junho de 2001. O objetivo do programa é formar agentes multiplicadores capacitados. Duas pessoas por entidade social ou Fundos Municipais recebem as instruções básicas e, ao voltarem para suas comunidades, transmitem os conhecimentos e habilidades a outras pessoas.

Durante o curso de um dia de duração, os alunos aprendem a fazer 10 tipos de pães, além de receberem noções de ética, higiene e cidadania. De 2001 a 2006, foram doados mais de nove mil kits a entidades sociais, Fundos Municipais e escolas estaduais. Neste período, foram capacitados mais de 20 mil agentes multiplicadores no Estado de São Paulo, além de pessoas vindas de 17 estados brasileiros e outros países como Paraguai e Angola.

De 2011 até o momento, foram entregues 1.451 kits da Padaria Artesanal, instalados no interior do Estado e em entidades sociais da capital. Neste mesmo período, foram qualificadas 97.326 pessoas. Em 2017, o projeto foi ampliado com a assinatura de convênio com 39 municípios para a realização do Polo Regional da Padaria Artesanal, que ensinarão, além das 10 receitas tradicionais, novas receitas como pão de mel e bem casado, cookies gourmet, tortas e quibe e panetone e colomba pascal.

Estas unidades serão inauguradas até o início de 2018.

Escola de Construção Civil

A Escola de Construção Civil foi criada em abril de 2012 para capacitar ou requalificar profissionalmente pessoas desempregadas com mais de 18 anos. Os cursos de Assentador de Pisos e Azulejos e Pedreiro atendem a vários segmentos da construção civil e comunidades carentes, possibilitando a formação para inclusão no mercado de trabalho. A Escola conta com laboratórios para aulas práticas que reproduzem os ambientes de trabalho.

Em 2014, o projeto foi levado para o interior e capital por meio de 56 Polos Regionais da Escola de Construção Civil. Hoje, o projeto funciona em quatro unidades próprias do Fundo Social, além das Escolas e Polos presentes em todo o Estado. Desde 2012, foram qualificadas 14.391 pessoas.



Escola de Moda

A Escola de Moda teve início em 2011 para unir duas necessidades: a falta de oportunidade de emprego para mulheres carentes após os 40 anos e a demanda, por parte dos empresários e estilistas, de mão-de-obra qualificada de costureiras e bordadeiras.

A Escola de Moda hoje está presente em sete unidades próprias do Fundo Social de Solidariedade, onde oferece os cursos de Corte e Costura, Modelagem, Bordado em Linha, Bordado em Pedraria, Crochê e Confecção de Caixas para homens e mulheres desempregados com mais de 16 anos.

Em 2012, foram inaugurados 56 Polos Regionais da Escola de Moda no interior do Estado, dos quais surgiram 591 Escolas de Moda no interior e em entidades sociais da capital. De 2011 até o momento, o projeto qualificou 32.944 pessoas.



Escola de Beleza

A Escola de Beleza iniciou as atividades em outubro de 2011 para oferecer qualificação profissional a homens e mulheres desempregados com mais de 16 anos, em cursos de Assistente de Cabeleireiro, Depilação e Design de Sobrancelhas, Manicure e Pedicure e Maquiagem.

Em 2013, o projeto foi levado para o interior e capital por meio de 56 Polos Regionais da Escola de Beleza, dos quais surgiram 348 Escolas de Beleza.

Atualmente, o projeto está presente em cinco endereços próprios na capital e região metropolitana de São Paulo, além das Escolas e Polos espalhados pelo interior e capital. De 2011 até o momento, o projeto qualificou 30.946 pessoas.



Sobre a família. A senhora tem devoção religiosa católica, uma admiração muito grande por seus pais. Ter referências familiares são um bom indicativo para a harmonia de um lar?

Com certeza. A família é o núcleo da sociedade. É na família que o indivíduo se apoia em todos os momentos de sua vida.

Se a senhora fosse criar seus filhos hoje, com a parafernália informatizada da vida moderna, acredita que conseguiria os mesmos resultados?

A base de tudo é o amor. Em qualquer contexto, se existir amor, tudo é possível.

Sobre o presente. Dona Lu Alckmin já chegou onde raras mulheres tiveram a oportunida-

de. É a esposa do governador do estado mais rico da união. O que a senhora ainda gostaria de realizar?

Eu sou grata por ser casada com o homem que amo, de ter uma família maravilhosa que me apoia no trabalho social que desenvolvo em todo o Estado de São Paulo junto a uma equipe competente. O que mais posso querer? Que Deus continue me dando saúde e disposição para continuar trabalhando por aqueles que mais precisam.

Sobre o futuro. O governador Alckmin é um potencial candidato a presidente. A senhora compartilha do sonho dele chegar ao Palácio do Planalto?

A possibilidade do Geraldo ser candidato existe e sei que ele

está preparado. Mas é um passo de cada vez. Temos que pensar no agora, do contrário, não temos futuro. O passado já foi e o futuro só se constrói com nossas ações do presente. No momento, estou 100% focada no trabalho do Fundo Social, que é o que sempre fiz voluntariamente no Fundo Social de Solidariedade desde que o Geraldo assumiu como governador.

Mas se o governador Geraldo Alckmin chegar à Presidência da República...

Seria uma honra para mim levar este trabalho para todo o país, para resgatar a autoestima e transformar milhares de vidas assim como já aconteceu com mais de 175 mil pessoas no Estado de São Paulo.



Os sinais positivos que a economia está dando nos últimos meses ainda não são suficientes para mostrar um horizonte límpido para as administrações municipais brasileiras. Mas sem dúvida são uma perspectiva favorável – um alento nesse mar de dificuldades dos últimos anos. E os gestores municipais sabem, mais do que ninguém, o quanto é importante estar atentos aos sinais para planejar as ações. Se a economia não estiver estabilizada e sob controle, não há dinheiro que garanta bons resultados. Que 2018 seja um ano de muitas realizações e que os municípios possam conquistar as melhorias que precisam.

Poá

Mais iluminação

A Prefeitura de Poá está investindo em iluminação pública em pontos fundamentais da cidade e de grande circulação de pessoas. Para isso, criou o Programa Poá + Iluminada, que foi lançando pelo prefeito Gian Lopes e já está em andamento em diferentes bairros. O Vila Júlia recebeu recentemente uma ação nesse sentido. É importante sempre divulgar ações desse tipo, porque mais iluminação significa redução da criminalidade e mais segurança para a população.

Natividade da Serra

Benefício fiscal

A Prefeitura de Natividade da Serra criou lei instituindo o PRCM – Programa de Recuperação de Créditos Municipais de Natureza Tributária e não Tributária, para os contribuintes inadimplentes pagarem dívidas municipais com desconto de juros e multas. O desconto incide sobre os juros e multas, portanto. Para quitação, o desconto será de 100% nos juros e multas. É válido o programa para todos os contribuintes com dívidas vencidas até 31 de dezembro de 2016.

Ilhabela

Demanda zerada

A Prefeitura de Ilhabela entregou uma nova unidade escolar que atenderá os bairros do Itaguaçu e Itaquanduba, zerando a demanda de vagas na região. O prefeito Márcio Tenório salientou alguns problemas referentes à obra, sanados pela atual administração. “Renovamos o compromisso que assumimos de oferecer uma educação digna às crianças e adolescentes do arquipélago”, destacou ele. Educação, como se sabe, é a base para formar uma comunidade consciente.

Tapiraí

Turismo gastronômico

A Prefeitura de Tapiraí realizou uma palestra gastronômica com a chef e presidente da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo, Miriam Petrone, que contou com a presença de representantes de pousadas e restaurantes interessados em melhoria da gastronomia local. Hoje o turismo gastronômico é uma realidade, e saber desenvolver todo seu potencial é uma forma para desenvolver a cultura local e auxiliar no desenvolvimento econômico de uma sociedade.

Ribeirão Branco

Obras em estrada

O governador Geraldo Alckmin esteve em Ribeirão Branco para inaugurar as obras de modernização da Rodovia Hiroshi Kosuge (SP-249) no trecho entre Ribeirão Branco e Apiaí. Ao todo serão investidos R\$ 40 milhões e criados 150 empregos diretos no município. Esta rodovia é importantíssima para o escoamento das safras de tomate, milho, madeira, calcário e no turismo. Aproveitando a presença do governador, o prefeito Mauro Teixeira solicitou o recapeamento do trecho entre Ribeirão Branco e Itapeva. Alckmin autorizou.

Riversul

Nova quadra

O Departamento de Engenharia de Riversul elaborou um projeto de demolição da antiga quadra e construção de uma nova quadra poliesportiva na EMEF Profª Dirce Mendes Colluço, tendo em vista que antiga estava em estado inadequado. Além de beneficiar os seus alunos, a obra, que conterá acessibilidade, cobertura em estrutura metálica, arquibancada, iluminação e banheiros masculino e feminino, irá também beneficiar a população, que poderá utilizar desse espaço para recreação, diversão, e práticas de exercícios e esportes.

Bebedouro

Jovens Empreendedores

A Prefeitura de Bebedouro assinou acordo com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo para a criação do projeto “Jovens Empreendedores”, voltado aos estudantes das escolas municipais. A ideia é despertar o espírito de empreendedorismo nas crianças, motivando-as a pensar no futuro. O empreendedorismo auxilia o país com a criação de novos negócios, criando emprego e renda às pessoas, além de contribuir para o desenvolvimento do potencial do empreendedor.



Limeira

Prefeito no bairro

Limeira tem um projeto que está dando bons resultados. É o “Prefeito no Bairro”, em que o chefe do Executivo atende diretamente nas várias regiões da cidade. A iniciativa do prefeito Mario Botion inclui levar todo o seu secretariado no evento. “É uma oportunidade para que a população compareça e apresente suas sugestões e reivindicações”, explica o chefe do Executivo. Ao longo de 2017 o “Prefeito no Bairro” já foi levado aos bairros Aeroporto, N. Sra. das Dores, Hipólito, Cecap, Belinha Ometto, Vítorio Lucato, Abílio Pedro, Labak, Pires e São João.

Sta. Cruz do Rio Pardo

25 mil árvores

Desde de 2014 Santa Cruz do Rio Pardo plantou 24.384. O número é 41 vezes maior do que os cortes realizados. O plantio é feito pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente e também pelo projeto Santa Cruz Mais Verde em parceria com entidades e empresas privadas. Os interessados em plantar árvores em suas residências podem preencher uma ficha de solicitação na sede da Secretaria de Meio Ambiente e para plantio em área rural, as mudas podem ser solicitadas diretamente no viveiro municipal.

Matão

Distrito Industrial

O prefeito Edinardo Esquetini anunciou a liberação do Distrito Industrial de Silvânia para que novas empresas possam se instalar em Matão. A liberação está amparada pelos trâmites legais, que incluem a licença de operação da Cetesb, ansiosamente aguardada diante do amplo trabalho de adequação do distrito realizado ao longo de 2017. O Distrito Industrial foi liberado após 14 anos do protocolo feito junto à Cetesb mas em apenas 11 meses de gestão do atual governo, as pendências que existiam desde 2003 foram resolvidas.

Rancharia

Cestas Natalinas

O Fundo Social de Solidariedade de Rancharia, com o apoio da Secretaria de Assistência Social, realizou grande campanha de arrecadação de alimentos para as cestas do Natal Solidário 2017. Foram arrecadadas cerca de 2 toneladas de alimentos entre doações da comunidade e de empresas e comércio locais. Segundo a presidente do Fundo, Débora Araújo, donativos e cestas vão resultar em aproximadamente 500 cestas básicas. As famílias cadastradas com direito à cesta estão sendo avisadas por meio de carta.

Teodoro Sampaio

Emplacamento de carros

Esta é uma ótima e prática medida que todas as prefeituras podem tomar para melhorar sua arrecadação. Em Teodoro Sampaio está em andamento uma campanha de conscientização quanto a importância de emplacar seu veículo no município. Tomando esta simples atitude, estará colaborando para aumentar a arrecadação da sua cidade. O IPVA retorna como mais saúde, educação, asfalto, transporte, segurança, saneamento e outros benefícios para própria comunidade. Emplique seu veículo no seu município.

Jaboticabal

Tapa buracos

A Prefeitura de Jaboticabal, por meio da Secretaria de Obras e Serviços, intensificou o reparo de ruas e avenidas da cidade. Buracos em vários locais foram e estão sendo tapados. “Com o início da temporada de chuvas, as vias do município tendem a ser desgastadas com mais facilidade, mas a prefeitura tem se esforçado para fazer com que o motorista sofra o mínimo possível”, comenta o secretário de Obras e Serviços, José Carlos Abreu.

Sta. Rosa do Viterbo

Justa homenagem

Santa Rosa de Viterbo está homenageando o jornalista José Hamilton Ribeiro, filho ilustre que terá um Centro de Memória para servir como local de pesquisa e conservação de acervos referentes à história do município. O prefeito Luís Fernando Gasperini ficou impressionado com os mais de 140 itens de sua rica e vasta trajetória profissional, entre prêmios e títulos, quadros, medalhas e livros que escreveu ao longo da extensa carreira.

As Prefeituras que quiserem enviar noticiário para esta coluna, favor encaminhar os textos para o e-mail: giromunicipal@apaulista.org.br



Santos sediará o 62º Congresso dos Municípios

Nos dias 02 a 07 de abril de 2018, a Associação Paulista de Municípios (APM) realizará seu 62º Congresso Estadual de Municípios, quando também estará comemorando 70 anos de existência da entidade. O evento ocorrerá no Mendes Convention Center, em Santos, com o tema “País Moderno; Cidades Inteligentes”.

O Congresso será marcado pela discussão de dois principais aspectos durante os cinco dias. O futuro político do Brasil será um deles, por conta do ano eleitoral, que deverá apresentar propostas de novos projetos e mudança de rumos. Para isso, a APM abrirá



espaço para trazer todos os candidatos à Presidência, ao Governo de São Paulo e ao Senado Federal, permitindo o debate sobre os rumos do Brasil.

Além do tema político, o lado técnico discutirá a modernização da administração e propostas necessárias para a evolução do Brasil; para formulação do conceito de país moderno.

Segundo Carlos Cruz, presidente da instituição, a APM também busca promover o debate sobre as cidades inteligentes, em que pessoas interagem a fim de gerar desenvolvimento econômico e humano.

Essas interações são inteligentes por se utilizarem estrategicamente da infraestrutura, dos serviços, da informação e da comunicação na gestão urbana para atender às demandas sociais e econômicas

APM

62º Congresso dos Municípios

Tema: “País moderno; Cidades Inteligentes”

Data: 2 a 7 de abril de 2018

Local: Mendes Convention Center, em Santos

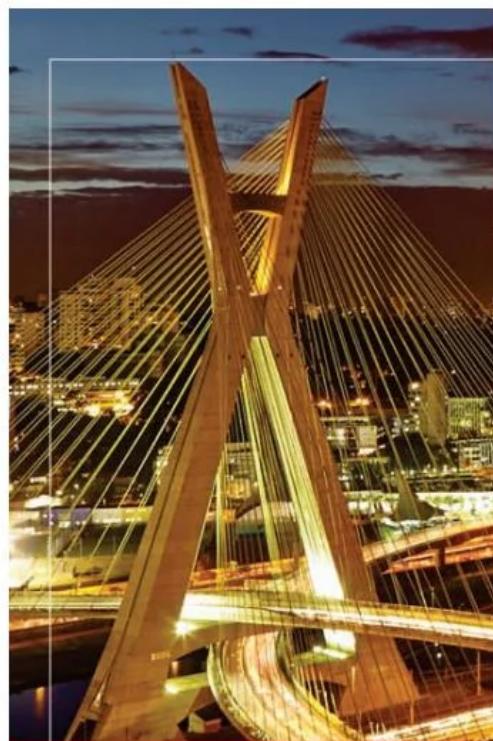
dos municípios.

A ideia parte do conceito de “Internet das Coisas”, que é uma rede de objetos físicos, utilizados no dia-a-dia, que possuem tecnologia, se conectam através da rede de internet e são capazes de coletar e transmitir dados, transformando-os em provedores de serviços.

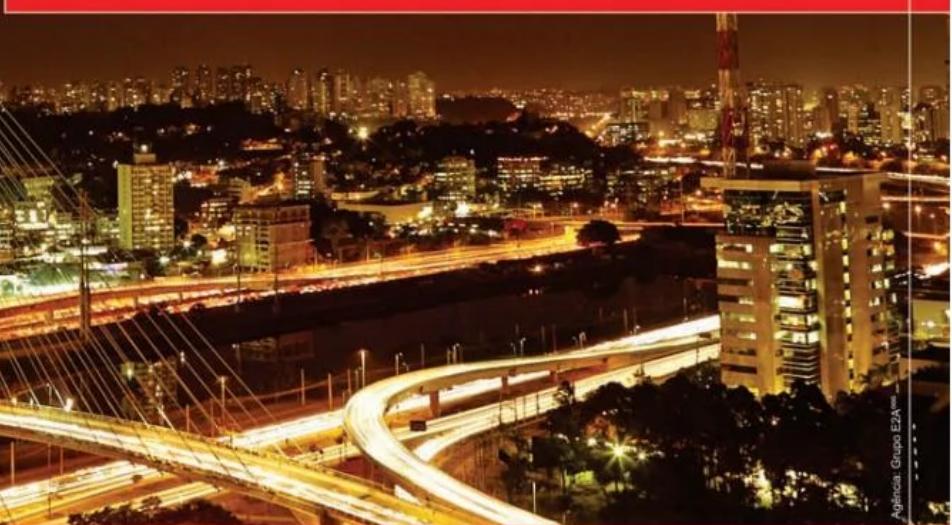
“A partir da modernização da administração pública e infraestrutura local é possível estabelecer um vínculo benéfico entre a tecnologia, dados e informação, e a melhoria dos serviços públicos e qualidade de vida da população”, diz Carlos Cruz.

O Congresso Estadual de Municípios conta, tradicionalmente, com a presença do governador do Estado, prefeitos (as), vice-prefeitos (as), vereadores (as), gestores municipais, ministros, secretários de Estado, senadores e deputados federais e estaduais.

A reunião e participação dos municípios do Estado é o instrumento que a APM encontra para a construção de medidas que melhorem a gestão das cidades, promovendo qualidade de vida através da ampliação da infraestrutura e melhores serviços à população.



**“Nossos cumprimentos aos Gestores Públicos,
no caminho da Eficiência da Gestão!”**



Agência: Grupo E2A

CEAME

CENTRO DE ESTUDOS E APOIO
AOS MUNICÍPIOS E EMPRESAS

Fale Conosco

Endereço: Rua Teodoro Sampaio, 1020 - Cj 1009/1010
Centro Empresarial Pinheiros - Pinheiros / São Paulo - Brasil
Email: contato@ceame.com.br
Telefone: (11) 3063-5775

Acesse nossos canais

 www.ceame.com.br
 fb.com/ceame



APM recebida pelo governador Alckmin

Vários assuntos do municipalismo paulista foram discutidos pelo presidente da APM, Carlos Cruz com o governador Geraldo Alckmin, em audiência também com a presença do presidente do Conselho Deliberativo, Vick Nhola. O governador revelou preocupação com as dificuldades que os municípios enfrentam, por causa da crise econômica, mas disse que há sinais claros da retomada do crescimento, o que refletirá nas cidades em breve.

Presidente do TCE na Casa dos Municípios

O conselheiro Sidney Beraldo, presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), foi recebido na Casa dos Municípios, a nova sede da APM, pelo presidente Carlos Cruz, vice-presidente Marcelo Barbieri, e pelo presidente do Conselho Deliberativo,

Vick Nhola. O presidente Beraldo conversou sobre o trabalho do TCE e o relacionamento com as prefeituras, câmaras municipais e órgãos governamentais. “Nosso objetivo comum é a construção de uma relação harmoniosa que se empenha em trazer o melhor desenvolvimento de cada cidade”, disse o presidente Beraldo.



Deputado Campos Machado: votação da PEC 07-2017

O deputado Campos Machado, presidente estadual do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi recebido na Casa dos Municípios pela Diretoria da APM, para tratar sobre a aprovação da PEC 07 – 2017, que autoriza os prefeitos de São Paulo a firmarem convênio com a Secretaria do Governo Estadual para terem acesso, todo mês, à declaração das operações contabilizadas pelo DECRED de seus municípios. O presidente da APM, Carlos Cruz, convidado por Campos Machado, foi ao Colégio de Líderes da Assembleia Legislativa para pedir que os líderes de bancadas orientem seus deputados para votar a favor da aprovação da PEC 07 – 2017 rapidamente.



FUNDAÇÃO IVETE VARGAS

PESQUISA E EDUCAÇÃO POLÍTICA

A Fundação Ivete Vargas é um ente jurídico de direito privado, instituído pelo Partido Trabalhista Brasileiro, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal. Embora seja um órgão partidário, a FIV se reserva o direito à isenção científica e à liberdade de expressão, estando aberta à participação de todas as correntes de pensamento. Entre os trabalhos já realizados, a Fundação tem a honra de apresentar suas cinco publicações. Para conferi-las na íntegra, acesse nosso site: www.fiv.org.br.

Getúlio Vargas: um legado político

Compreender Getúlio Dornelles Vargas é entender o Brasil dos séculos XIX e XX, que foi o protagonista essencial da inclusão de todas as classes na política brasileira. É com ele que a nação brasileira começa a se cristalizar e a se fortalecer. A partir do trabalho de Ramon Franco, a obra tem o objetivo de apresentar o legado de Vargas.



Candido Mariano da Silva Rondon: Relatório da Comissão

O Estado de Mato Grosso, ao longo de sua história, revelou nomes de grandes personagens, nas mais diversas áreas. Com isso, a Fundação observou a necessidade de reproduzir uma parte do trabalho de um talento mato-grossense posto a serviço das causas do povo brasileiro e da defesa do Estado.

Ações Sociais para a Terceira Idade no Rio de Janeiro

A publicação aborda alguns temas relacionados à experiência de vida e os avanços nas legislações sobre os idosos. Mostra as ações que foram implementadas na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro por meio da Secretaria de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida (SESV), criada em 2009, a fim de promover o bem-estar dos idosos no município.



Mato Grosso, por Rai Reis

Na obra Mato Grosso, o fotógrafo Rai Reis brinda-nos com imagens que pincelam artisticamente aspectos naturais e culturais deste Estado rico em biodiversidade. Rai Reis aprecia registrar a rica tradição cultural mato-grossense, pois alguns aspectos vêm se alterando e mesmo tendendo ao desaparecimento nos núcleos mais urbanizados.

O Brasil pelos Brasileiros: Relatórios Científicos da Comissão Rondon

O trabalho apresenta os relatórios científicos elaborados pela Comissão Rondon, com a reprodução dos grandes trabalhos científicos realizados pela Comissão nas mais diferentes áreas do conhecimento, tais como Botânica, Zoologia, Etnografia, Linguística, Geologia, Medicina, entre tantas outras.



Municipalismo fecha 2017 com saldo de vitórias

Por Flávio Lamas

O movimento municipalista está fechando 2017 com um saldo positivo, mesmo em tempos de crise e de caixa baixo: conseguiu importantes vitórias com a mobilização de prefeitos, vereadores e lideranças políticas tanto para obtenção de repasse de algumas verbas como também em lutas dentro do Congresso Nacional. “Os prefeitos estão se articulando cada vez mais e mostrando que os municípios



têm de ser respeitados”, avalia o presidente da Associação Paulista de Municípios (APM), Carlos Cruz, que participou ativamente das ações capitaneadas pela Confederação Nacional de Municípios (CNM).

As conquistas dos gestores públicos não resolvem o problema da falta de dinheiro das prefeituras, mas cada conquista é um alento para investimentos em obras essenciais e pagamento de ações em cada cidade. Um desses repas-



ses foi anunciado pelo presidente Michel Temer que determinou, em 22 de novembro, a liberação de Auxílio Financeiro ao Municípios (AFM) de R\$ 2 bilhões, até o final dezembro, por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). “De tanto bater e bater, a gente conseguiu e teve a compreensão do presidente Temer. Isso demonstra mais uma vez esse espírito de fortalecimento dos nossos Municípios. A gente sabe que foi uma gotinha d’água do que foi dado aos governadores, mas, no ano que vem, vamos continuar esse diálogo com o presidente”, afirmou o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, que comemorou a conquista.

Na verdade, o repasse de R\$ 2 bilhões corresponde à metade do que foi solicitado de Apoio Financeiro aos Municípios, mas dará fôlego diante da dura crise financeira enfrentada. Na ocasião, o presidente Temer prometeu: “Quero reafirmar aqui que os R\$ 2 bilhões aos prefeitos serão depositados até o final de dezembro”. O presidente da República justificou dizendo que a liberação do valor só será possível pois “nós conseguimos fazer a economia crescer, por isso foi possível liberar esses R\$ 2 bilhões aos prefeitos, para os eles também fecharem suas contas”.

Temer afirmou que é urgente um novo pacto federativo que redistribua os recursos entre União, Estados e Municípios, mas, enquanto isso não acontece, ele disse que o governo deve contar com o apoio aos Municípios. “Se a economia continuar a crescer, vamos repetir ou aumentar a dose para o ano que vem”, garantiu.

Para que a Reforma da Previdência seja aprovada, Temer solicitou e enfatizou a importância do

apoio dos gestores municipais. “Peço que os senhores comecem a manter contato com os parlamentares para que votem a Reforma da Previdência. Na certeza que depois da reforma ainda faremos uma reforma tributária mais justa”, pediu.

A Mobilização Municipalista em Brasília levou dois mil gestores à capital federal para reivindicar a aprovação e avanço dos pleitos municipalistas. Dois deles já foram intensa e merecidamente comemorados: a derrubada do veto ao Encontro de Contas e o Auxílio Financeiro aos Municípios (AFM). Os Municípios unidos bateram frente à frente com os outros poderes e Entes da Federação e, com isso, as pautas conquistadas pelo movimento municipalista durante a mobilização vão além dessas duas matérias.

De acordo com um balanço realizado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), que liderou a campanha Não Deixem os Municípios Afundarem na qual inseriu-se a mobilização, foram, ao todo, 11 pleitos prioritários do movimento conquistados ou avançados durante a presença massiva dos prefeitos em Brasília, entre os dias 21 e 22 de novembro.

- A Medida Provisória (MP) 786/2017, que dispõe sobre a participação da União em fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas (PPPs) nos Estados, Distrito Federal e Municípios, foi aprovada pelo Plenário da Câmara e, agora, segue para deliberação do Senado.

- A MP 789/2017, que aumenta o percentual da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) aos Municípios e ainda inclui as cidades impactadas com a atividade na participação da



Presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, ao lado de presidentes de entidades estaduais e lideranças municipalistas

receita, foi aprovada na Câmara e no Senado e foi encaminhada para a sanção presidencial.

- A Comissão Especial sobre a Lei Kandir, da Câmara dos Deputados, aprovou relatório do Projeto de Lei Complementar (PLP) 221/1998, que estabelece compensação de R\$ 39 bilhões aos Estados e seus respectivos Municípios afetados pela desoneração de produtos primários e semielaborados para exportação. A matéria segue para apreciação do Plenário da Casa.

- O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou a MP 791/2017, que cria a Agência Nacional de Mineração (ANM) e extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). O texto da MP garante a possibilidade entre os Municípios e a Agência celebrar convênio para a promoção da fiscalização compartilhada da CFEM. A proposição ainda deve passar pelo Senado.

- A Comissão de Finanças e Tri-

butação (CFT) da Câmara aprovou o PL 3.744/2000, que institui o Conselho de Gestão Fiscal. Pelo texto, o colegiado será efetivamente constituído por representantes de todas as esferas de governo e seus membros devem ser indicados pelas respectivas entidades relacionadas no projeto, como a CNM, representando os interesses dos Municípios brasileiros. A matéria segue para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Casa.

- A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal aprovou o Projeto de Lei (PLS) 379/2016, que disciplina o repasse de recursos federais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para apoio às ações de defesa agropecuária. A matéria foi votada em decisão terminativa; entretanto, foi pedido recurso contra apreciação terminativa e, caso aprovado, a matéria passará pelo crivo do Plenário.

- A Comissão de Constituição e

Justiça (CCJ) do Senado aprovou o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 315/2009, que altera o art. 1º da Lei 8.001/1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que trata da parcela pertencente aos Estados e Municípios do produto da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos (CFRH). O texto segue para apreciação da Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado Federal.

- O Veto 30/2017, referente ao Encontro de Contas, foi derrubado por unanimidade pelo Congresso Nacional. Agora, os Municípios terão ciência do exato montante de suas dívidas previdenciárias.

- O Veto 26/2017, referente ao Recine, que prorroga até 31 de dezembro benefício fiscal para construção e modernização de salas de cinema também foi derrubado pelos parlamentares.

- Considerando pedidos da CNM e denúncias realizadas ao Tribunal de Contas da União

(TCU) pela entidade, o Ministério da Saúde se posicionou favorável à flexibilização das regras de funcionamento das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs). As decisões foram tomadas durante evento realizado pela Confederação na Corte de Contas durante a mobilização. Os órgãos federais devem, agora, definir quais serão as alterações para que o uso das unidades se tornem viáveis as prefeituras de baixo orçamento.

Substitutivo da “Lei Kandir” prevê compensação de R\$ 39 bilhões

A médio prazo, os municípios deverão contar também com mais uma fonte extra de recursos. Um substitutivo com a previsão de compensação de R\$ 39 bilhões/ano da Lei Kandir aos Estados e Distrito Federal foi aprovado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados em novembro. A matéria segue agora para apreciação no plenário da Casa. “Estaremos acompanhando de perto porque esse tema é de extremo interesse dos municípios”, disse o presidente da APM, Carlos Cruz.

O texto do deputado José Priante (PMDB-PA) estabelece a entrega dos recursos, de forma escalonada. Um total de R\$ 19,5 bilhões, que representa 50% do montante, seria entregue no primeiro exercício financeiro, após a publicação da lei. Outros R\$ 29,2 bilhões – que corresponde a 75% – seriam transferidos no segundo ano. Depois deste repasse, a partir do terceiro exercício financeiro, haveria a regularização do que foi determinado pela atualização da Lei.



Reforma da Previdência favorece os municípios

Em audiência com o presidente Michel Temer, na presença de prefeitos durante a Concentração em Brasília, o presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, explicou os efeitos que a Reforma da Previdência representará para as cidades. Segundo ele, haverá uma economia imediata aos Municípios.

De acordo com as simulações feitas pela CNM, a alíquota patronal deverá reduzir entre 7% e 10%, o que representará

uma economia anual equivalente a 1,26% da folha mensal de pagamento do funcionalismo.

A CNM aponta que o montante será suficiente para arcar com o 13º salário e o 1/3 de férias de todos os servidores municipais, ficando ainda dinheiro disponível em caixa.

Esse cenário possibilitará que as finanças públicas estejam mais equilibradas, permitindo maiores investimentos em áreas essenciais como saúde, educação, segurança e infraestrutura.

Além disso, do montante a ser entregue aos Estados e DF, 75% pertencerá ao Estado, 25% aos seus Municípios.

Em atendimento às reivindicações do movimento municipalista, o projeto define ainda compensação mensal da União às perdas decorrentes da desoneração do Imposto sobre Operações

relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) sobre as exportações de produtos primários e semielaborados, de 1996, e o exercício financeiro de início de produção de efeitos dessa Lei Complementar. Essas compensações serão, a partir do exercício de 2019, pelo prazo máximo de 30 anos.



Desenvolve SP:

R\$ 483 milhões em financiamentos para os municípios paulistas

O que existe em comum entre a beleza da vista noturna de Taubaté e a ciclovia da avenida Universitária, entre a portaria principal do Lageado e o Bairro Mirante, em Botucatu? Muitos prefeitos já descobriram: é o financiamento de obras de infraestrutura com recursos da Agência de Desenvolvimento Paulista, a Desenvolve SP, criada em 2009 pelo governador Geraldo Alckmin para promover o crescimento socioeconômico do estado. Taubaté e Botucatu são apenas duas das muitas cidades que, nestes oito anos, foram beneficiadas com

um total de R\$ 483 milhões em empréstimos realizados pela instituição. Isso apenas para o setor público.

“Nossas linhas financiam, por exemplo, investimentos em construção ou adequação de distritos industriais, arenas multiuso, centros de distribuição e abastecimento, projetos de sustentabilidade ambiental, iluminação pública e obras de infraestrutura viária”, explica Milton Luiz de Melo Santos, presidente da Desenvolve SP.

Ainda segundo o executivo, é a oferta de financiamentos com

juros baixos e longos prazos que torna possível o fortalecimento socioeconômico dos municípios paulistas. “Cidades com infraestrutura atraem bons negócios, movimentam a economia e geram bem-estar aos seus habitantes. Os municípios paulistas sempre podem contar com o apoio da instituição”, diz Santos.

A Desenvolve SP não foi criada para ajudar apenas as prefeituras do Estado de São Paulo. Ela financia, também, pequenas e médias empresas, cumprindo um papel essencial no crescimento paulista.



**Iluminação moderna
em Taubaté:
mais segurança**

E os resultados dessa política de incentivo aparecem rápido: na administração pública, estes recursos, que estão sendo investidos pelas prefeituras em infraestrutura, são fundamentais para atrair cada vez mais empresas, gerando empregos e renda, e aumentar a qualidade de vida da população, que passa a ter acesso a obras essenciais, como as relacionadas à mobilidade urbana e iluminação pública.

Com opções de crédito elaboradas para atender diversas necessidades dos municípios, a Desenvolve SP oferece as melhores condições de financiamento para que a administração não comprometa a sua saúde financeira. As taxas praticadas pela instituição partem de 0,60% ao mês com prazos de até 72

meses para pagar, incluso o período de carência de até 12 meses.

Casos de sucesso

O município de Botucatu contatou a Desenvolve SP para financiar duas grandes obras: a reforma do Mercado Municipal e a construção de uma ciclovia. Com o objetivo de oferecer uma melhor estrutura aos comerciantes e à população, a Prefeitura de Botucatu realizou uma grande reforma estrutural no prédio do Mercado Municipal “Progresso Garcia”, como a modernização dos espaços comuns, ampliação dos boxes e a criação de uma praça central de alimentação. Todas as características arquitetônicas do antigo edifício, inaugurado em 1962, foram preservadas.

“Com o passar dos anos começou a cair o movimento, porque as pessoas procuravam um lugar agradável, para reunir a família e chegava aqui e encontrava um estado ruim de conservação. Agora, com a reforma, aos sábados e domingos isso aqui lota”, diz Zilda Pereira dos Santos, comerciante do Mercadão Municipal.

As melhorias financiadas ainda incluem a ampliação dos banheiros, instalação de elevadores para garantir acessibilidade, reformas no estacionamento e a criação de um novo mezanino com salão aberto que permite ao espaço receber eventos artístico-culturais.

Para a construção da Ciclovia Municipal “Pedro Luís Malheiro Sansão – Pedrinho Sansão” foram 8km de vias expressas para bicicletas. Com sua primeira etapa concluída, a ciclovia já tem 1,5 km de extensão e acompanha a Avenida Universitária, com início na nova portaria do campus da Fazenda Lageado/Unesp até o cruzamento



*Milton Luiz de Melo Santos,
Presidente da Desenvolve SP*

com a Rua Lourenço Castanho, entre o Jardim Flamboyant e Jardim Mirante, na região norte da cidade. “Estudo no Lageado e moro por perto, então a bicicleta é meu meio de transporte para ir trabalhar e estudar”, diz a estudante Gláucia Uesugi.

Já a Prefeitura de Taubaté obteve um financiamento da





Mobilidade urbana: Botucatu investe em ciclovia entre o Lageado e o Jardim Mirante, na região Norte da cidade

Desenvolve SP para modernizar o sistema de iluminação pública da cidade.

No total, foram substituídas 16.600 lâmpadas no município, o que inclui a inserção de lâmpadas com maior potência, que passaram de 70 e 100 watts para 150 watts, e a troca de lâmpadas de vapor de mercúrio de 125 watts para lâmpadas de vapor de sódio de 150 watts.

Nos bairros onde os serviços já foram concluídos, a população aprova os investimentos. "Ajudou não só a mim, como a todos os comerciantes. A estética ficou mais bonita, a avenida ficou mais bonita, e com isso, vem mais cliente, mais público", diz o comerciante Francisco Evilásio Gonzalo. Para a moradora Vitória Oliver Lopes, a segurança na cidade aumentou. "Para eu que sou mulher, tenho receio de andar sozi-

nha às vezes, mas, se a cidade está bem iluminada dá pra gente andar em segurança e economizar com transporte público também", diz.

O presidente da agência de financiamento, Milton dos Santos, explica que há facilidade, mas também algumas normas essenciais para utilizar estes recursos. Os projetos apresentados pelas prefeituras à Desenvolve SP, por exemplo, são também analisados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que atesta a capacidade de endividamento dos municípios para aprovar ou não a concessão do financiamento.

Para facilitar o processo, as prefeituras podem garantir a operação com as cotas do ICMS e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Tudo fácil e acompanhamento online

Os prefeitos que se interessarem pelo financiamento de investimentos com recursos do Desenvolve SP podem entrar diretamente no site da instituição e com facilidade simular seu financiamento. O próximo passo é enviar a documentação necessária. Assim, está cumprida a formalidade. Basta, depois, aguardar o andamento do pedido, sendo que todo o processo pode ser acompanhado de forma online e em tempo real.

Para mais informações é possível contatar a Agência no e - m a i l a t e n d i m e n t o@desenvolvesp.com.br ou pelo telefone (11) 3123-0464.



O boato e a biometria obrigatória



No dia 2 de dezembro, um sábado, mais de 62 mil pessoas procuraram os cartórios eleitorais e postos de atendimento em todo o Estado para realizarem o cadastramento biométrico. Embora a Justiça Eleitoral tenha feito uma campanha sobre o mutirão que ocorreu na data, muitas pessoas foram movidas por um boato que viralizou no WhatsApp.

Segundo essa fake news, quem não comparecesse até 7 de dezembro para a coleta das digitais pagaria uma multa de R\$ 150,00. Foi o suficiente para que os eleitores procurassem em desespero os serviços da Justiça Eleitoral. No período que precedeu o mutirão, houve um aumento de mais de 100% no atendimento dos cartórios eleitorais. O sistema de agendamento ficou congestionado e a Central de Atendimento ao Eleitor recebeu mais de 15 mil ligações em apenas um dia.

A Justiça Eleitoral agiu rapidamente para desconstruir o boato falso. Além de publicar notícias sobre o assunto no site, que geraram um grande interesse jornalístico, dispo-

nibilizou posts em sua página no Facebook. O primeiro deles obteve em torno de 655 mil visualizações e 6,1 mil compartilhamentos, sem que tenha havido impulsionamento (pagamento).

A multa aplicada pela Justiça Eleitoral para aqueles eleitores que não comparecem às eleições e não justificam a ausência, ou caso o motivo não seja aceito pelo juiz, é de apenas R\$ 3,50 por turno de votação.

O eleitor que deixa de votar em três turnos consecutivos e também não justifica a ausência tem como consequência o cancelamento do título de eleitor, trazendo algumas implicações transitórias na sua vida civil, como, por exemplo, obter CPF e passaporte, fazer matrícula em estabelecimento oficial de ensino, obter empréstimos em bancos públicos, tomar posse em concurso público, entre outros.

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) está implantando o cadastramento biométrico de forma gradual em todo o Estado, considerando o enorme con-

tingente de eleitores. Dos quase 33 milhões de eleitores, 10,7 milhões já coletaram as suas digitais, número que supera o eleitorado da nossa capital (8,6 milhões) e só é menor do que os eleitorados da Bahia (10,6 milhões), Rio de Janeiro (12,3 milhões) e Minas Gerais (15,6 milhões), conforme posição do cadastro em 12 de dezembro.

Atualmente, apenas em 84 cidades o comparecimento é obrigatório. Nessas localidades, o prazo final está disponível no site www.tre-sp.jus.br. As datas foram estabelecidas conforme o porte da cidade. Guarulhos e Sorocaba, por exemplo, possuem os maiores eleitorados com revisão obrigatória, com 910 mil e 470 mil votantes respectivamente.

Além de coletar as digitais dos eleitores, o objetivo da revisão com biometria é fazer uma depuração do cadastro. Portanto, aquelas pessoas que não comprovam domicílio eleitoral na localidade têm o título de eleitor cancelado, tornando a população eleitoral mais realista. Por isso, todos os eleitores devem comparecer, inclusive os que possuem o voto opcional, caso desejem continuar votando.

Onde a biometria não é obrigatória, é importante que o eleitor também compareça e faça o seu cadastro, mas, por enquanto, não há prazo. É o caso, por exemplo, da cidade de São Paulo.

Eliana Passarelli é coordenadora de Comunicação Social do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo.



Palestra em Jundiaí mostra que o futuro exige MPA hoje

Dia 7 de dezembro de 2017, no auditório da Escola de Gestão de Jundiaí, o professor Victor Mirshawka, engenheiro, escritor e gestor educacional, fez palestra de apresentação do curso para a formação de governantes municipais, o Master of Public Administration (MPA), em parceria com a Associação Paulista de Municípios (APM).

Foi uma excelente interação com o grupo de interessados para os quais detalhou os conteúdos dos oito módulos do curso: legalidade, administrabilidade, empregabilidade, habitabilidade, mobilidade, sustentabilidade, visibilidade e complementaridade.

Sobre o módulo administrabilidade salientou que não há muita diferença entre a gestão de uma empresa e a administração de uma cidade, pois em ambos os casos é necessário resolver problemas ou alcançar metas. Explicou que “caso não se tenha metas, pode-se fazer tudo, menos gerenciar. Aí apenas se reage aos acontecimentos, correndo para lá e para cá, mas não se gerencia. Gerenciar é ter meta, fazer planos de ação e tomar todas as medidas necessárias para atingir essa meta”.

Mas alertou que “infelizmente muitos dos nossos prefeitos não estabelecem metas quando administraram as cidades e muito menos criam indicadores para saber se estão ocorrendo melhorias ou deterioração nos serviços oferecidos como por exemplo na educação, na saúde, na mobilidade urbana etc”.

O professor Mirshawka destacou que no módulo empregabilidade se discute temas como os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que devem ser alcançados no planeta (e nos países obviamente) até 2030, sendo um deles ter um emprego de qualidade para todos, o que está cada vez mais ameaçado pelo uso de robôs no lugar dos seres humanos.

— Naturalmente a tecnologia está

conseguindo tornar mais eficientes, saúde, educação, agricultura, mineração, finanças, comércio, transporte etc., porém existem riscos enormes se ela for mal usada ou não prestarmos atenção nos seus efeitos colaterais. Sem dúvida, nessa segunda década do século XXI, milhões de trabalhadores já perderam seus empregos devido a tecnologia e isso vai aumentar mais ainda na próxima década. Eles precisam ser treinados (capacitados) para novas funções, ou seja, devem adquirir habilidades que não possuem. Outros terão trabalho mas os seus salários (remunerações) vão cair. Um contingente significativo vai enriquecer bastante, os donos das máquinas, ou seja, daqueles que usarem bem a tecnologia digital e a automação.

Explicou o que isso significará para as administrações públicas:

— Especialmente os gestores públicos não podem deixar de estar cientes disso pois terão, particularmente nas cidades que administram, sociedades cada vez mais desiguais, com muita instabilidade e com mais sofrimento para os pobres.

O professor apontou alternativas:

— Existem algumas soluções ou opções paliativas em relação a esse problema. A primeira é oferecer um treinamento e educação adequados, para que os seres humanos sejam melhores que as máquinas, destacando aquelas áreas ou funções que requeiram um toque humano, o que garantirá o emprego das pessoas. A segunda opção é tornar compreensível para todos que de fato o trabalho humano está encolhendo! Muitas coisas, antes feitas pelos seres humanos serão feitas por máquinas. As pessoas terão mais tempo para o lazer, para as férias, com o que vão viajar mais, aumentando a visibilidade a diversos locais, nos quais se criarão sistemas de recepção, gerando novos empregos!



A terceira solução – disse ele na palestra – talvez a mais complicada, é a de redistribuição de renda fazendo os mais ricos pagarem mais impostos para com esses recursos, de forma transparente, se poder manter sistemas que ofereçam um certo bem-estar aos mais pobres, sem torná-los parasitas ou ociosos eternos. Como se nota a empregabilidade é um tópico essencial para que uma cidade seja saudável!

Para entrar no tema habitabilidade ressaltou que vivemos em uma época que estamos ficando mais conscientes sobre a fragilidade da natureza, o que significa que necessitamos alcançar mais avanços e desenvolver esforços no setor da construção, buscando amenizar o problema com edificações cada vez mais inteligentes e sustentáveis.

O professor Mirshawka lembrou o crescimento da população de mais idade. “Ao mesmo tempo deve-se preocupar cada vez mais, quando se busca uma solução para a habitabilidade, que existe uma crescente população de idosos, graças ao aumento significativo da vida média do Brasil. Lamentavelmente boa parte dos gestores municipais e quase todos os órgãos públicos não sabem como desenvolver os empreendimentos adequados para os idosos”.

E citou um exemplo do Estado da Paraíba: “É uma agradável surpresa ação feita pelo governador do Estado



*Professor
Victor Mirshawka,
durante
palestra em
Jundiaí*

da Paraíba, Ricardo Coutinho, que disse: “Temos o programa Cidade Madura, no qual foram investidos R\$ 18 milhões com os quais foi possível construir residências para as pessoas idosas em João Pessoa, Campina Grande, Guarabira e Cajazeiras. Em cada residencial temos 40 unidades habitacionais totalmente adaptadas às necessidades das pessoas idosas. Nele há também uma sala de atendimento médico e toda a sua área é urbanizada dentro das normas de acessibilidade. Não se cobram taxas dos moradores pois eles não têm renda suficiente para pagá-las.

Outro exemplo é o relato do prof. Sérgio Mühlen, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Ele que se juntou a um grupo que busca implementar um cohousing (vila comunitária que reúne espaços de compartilhamento de experiências) em numa área de 20.000m².

A intenção é atrair para esse condomínio, com moradias adaptadas para os idosos, principalmente os professores aposentados da Unicamp.

No módulo mobilidade desenvolveu alguns debates sobre as possibilidades que poderão alterar muito a mobilidade urbana no que se refere especialmente a poluição. Concentrou-se no caso específico da tendência de que os carros, não mais que em

uma década, serão movidos a eletricidade, pois esse tipo de veículos vem ganhando espaço no mundo todo, sendo produzidos não apenas por empresas de tecnologia verde como a Tesla, mas por muitas montadoras tradicionais e especialmente pelos fabricantes chineses, que inclusive estão na liderança nessa fabricação.

Mas os especialistas dizem que o carro elétrico não seria a melhor solução para o Brasil, especialmente se a ideia da sua introdução fosse para diminuir a emissão de gases de efeito estufa. Isso porque o setor elétrico nacional apresenta três problemas que dificultariam uma rápida penetração do carro elétrico.

Falando de sustentabilidade enfatizou que todos devem estar atentos ao que foi revelado no relatório Perspectivas da População Mundial: Revisão de 2017, da Organização das Nações Unidas (ONU) que destacou que vivem no planeta cerca de 7,6 bilhões de pessoas e que a cada ano que passa esse número está aumentando cerca de 83 milhões de pessoas.

O pior é que nesse documento se salientou que apesar das taxas de fertilidade estarem diminuindo em muitos países, a tendência do aumento populacional irá continuar e com isso espera-se que ela atinja 8,6 bilhões em 2030, 9,8 bilhões em 2050 e supere 11,2 bilhões em 2100!!!

Se isso acontecer, só em 2030 serão necessários 50% mais de energia, 40% mais de água e 35% mais de comida para atender bem aos que estiverem vivendo na Terra.

Atingir esses requisitos, para que se tenha uma vida sustentável, levará a desafios enormes que só poderão ser vencidos com soluções inovadoras.

A própria ONU “confia” que no tocante especialmente ao suprimento da comida, mais da metade do incremento necessário deverá vir do Brasil!!!

O professor conclamou os administradores municipais: “Vamos nos preparar nesse sentido, fazendo com que a agricultura e a agropecuária nos nossos municípios sejam cada vez mais pujantes. Essa é a nossa vez, ou

seja: “Brasil fábrica de alimentos para o mundo” deve ser o slogan das nossas autoridades e do nosso povo”.

Ao finalizar a palestra destacou que a criação de grandes centros de compras, além da significativa visitabilidade que eles alavancam, ao mesmo tempo nos mesmos criam-se muitos empregos – dezenas de milhares! Lembrou um exemplo: “Isso é o que vai ocorrer a partir de agora na cidade gaúcha de Canoas, onde a Multiplan, proprietária de alguns dos maiores shopping centers do País, inaugurou o seu Park Shopping Canoas”.

— Ele inclusive está interligado a um parque temático e conta também com um centro de eventos multiuso, uma moderna área de patinação no gelo, em caráter permanente e muitas das principais lojas nacionais. O empreendimento traz uma nova concepção de praça de alimentação, tendo num ambiente amplo um grande painel de LED cinematográfico que é uma das grandes atrações desse empreendimento. O shopping está numa localização estratégica em condições de atender muitos clientes da Grande Porto Alegre e do Vale dos Sinos.

O empreendimento abriu suas portas no fim de novembro de 2017, com cerca de 93% de ocupação de todos os seus espaços para locação e gerou 3.000 empregos diretos. Espera-se que nos primeiros meses ele já receba em média cerca de 12.000 visitantes por dia!

Comentou ainda que o curso possui o módulo complementaridade para justamente se poder convidar pessoas que fizeram coisas destacadas recentemente na administração pública, ou seja, que foram bem-sucedidas nas quais os participantes devem se inspirar e se possível aplicá-las nas suas cidades, feitos evidentemente os adequados ajustes.

O intuito final de se oferecer o MPA é que se formem gestores públicos competentes, que saibam criar políticas públicas que permitam que os brasileiros que vivem nos municípios possam progredir e dessa forma o Brasil avançar.



Férias e o 13º salário:

STF garante direitos aos agentes políticos do municipalismo

O Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul em 2011, que questionava a validade de uma lei municipal que instituiu ao Prefeito e Vice o benefício do recebimento de verba de indenização, gozo de férias anuais acrescidas de um terço, além do 13º salário.

A Constituição Federal estabelece que agentes políticos serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória. Baseado nessa interpretação, entendia-se que férias, 13º salário e verba de indenização consubstanciariam em acréscimos a esse subsídio, e, portanto, medida proibida pela Constituição.

Ao ser acionado, o STF afastou o entendimento até então vigente, inaugurando interpretação no sentido de que o objetivo do constituinte era vedar os chamados “penduricalhos”, não garantias fundamentais. Mais do que isso, se a Constituição pretendeu dar ao servidor um tratamento igual ao do trabalhador, o fez, em razão daquele ser espécie do gênero deste.

Assim, declarou o STF que não comportaria uma interpretação literal da norma constitucional, pelo contrário, deveria ser atribuída uma compreensão global da Constituição.

Nesse sentido, o art. 39 § 3º do Texto Maior, asseguraria a fruição de grande parte dos direitos sociais elencados na Constituição, cumuláveis com o subsídio, tais como adicional de férias e o décimo terceiro salário.

Ao final, foi aprovada a seguinte tese: “O art. 39 §4º, da Constituição Federal não é incompatível com o pagamento de terço de férias e décimo terceiro salário.”

A conclusão que se chega é que o STF, ainda que tenha julgado situação específica, atribuiu repercussão geral no julgamento, garantindo que a posição firmada terá eficácia erga omnes (para todos), incluindo não apenas prefeitos e vice-prefeitos mas também Ministros, Secretários de Estado e de Município, Senadores, Deputados e Vereadores. Considerando tratar de uma mudança da jurisprudência, duas importantes situações merecerão futura reflexão:

I – eventuais demandas judiciais em curso que questionem os agentes políticos que tenham realizado o pagamento de tais vantagens (amparado pela legislação local) poderão ser impactadas com essa decisão ?; e

II – é possível o recebimento retroativo dos adicionais de férias e 13º salário?

Me parece razoável e plenamente sustentável que se leve e que se exija do Judiciário uma resposta às ações já em curso destacadas no item “i”, considerando o princípio da retroatividade da jurisprudência benigna.

Quanto ao item “ii”, concebo como hipótese distante, para não dizer inexequível. Porque, no âmbito municipalista, em não havendo lei que regule o tema, não há que se falar em direito adquirido tendente a garantir o recebimento do passado.

Independente das questões postas, fato é que a interpretação dada pelo STF dará margem aos municípios para que optem ou não em avançar na matéria. Não nos cabe atribuir juízo à decisão que poderá ser tomada. Mais do que jurídica, cuida-se de uma deliberação institucional que merecerá redobrada prudência em razão dos impactos políticos que certamente serão desencadeados.

Havendo interesse em seguir com a matéria, recomendamos que as seguintes medidas sejam tomadas:

A alteração da remuneração dos agentes políticos possui caminhos diversos de implementação. Prefeitos e vice-prefeitos têm seus subsídios fixados e alterados a partir da aprovação de lei, de iniciativa da Câmara Municipal. Já os subsídios dos vereadores é vinculado à deliberação da própria casa legislativa.

Importante destacar que a orientação dada pelo TCE de São Paulo no procedimento referente aos subsídios dos vereadores é no sentido de que por tratar de uma decisão interna corporis, que normatiza matéria de competência específica da própria Casa, deverá ser processada através de Resolução, admitindo-se, entretanto, que se faça por meio de lei, quando assim exigir o Regimento Interno da Casa.

Outra importante distinção a ser feita é que o subsídio do Prefeito e Vice, após aprovação da Casa Legislativa, dependerá de sanção do próprio chefe do Executivo e não precisará respeitar o princípio da anualidade que veda a alteração da remuneração para o mesmo quadriênio, ao passo que os vereadores, ainda que não dependam de sanção do executivo para aprovar a deliberação de seus subsídios, não poderão fazê-lo para a mesma legislatura, sob pena de violação constitucional.

Por fim, e não menos importante, as despesas relacionadas aos gastos com subsídios de agentes políticos e os agora legítimos benefícios de natureza remuneratória, deverão ser previstas nas leis de planejamento orçamentário do município (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual).

Tony Chalita é sócio coordenador do Departamento de Direito Político e Eleitoral do Escritório Braga Nascimento e Zilio Advogados Associados. Mestrando em Direito pela PUC-SP e especialista em Direito Eleitoral.



As tarifas diferenciadas e a igualdade entre os cidadãos

Muitos municípios estabelecem uma tarifa única para manutenção e sustentabilidade de todo o sistema de abastecimento e fornecimento de água da cidade, sendo o valor igual para todos.

Mas é possível estabelecer tarifas de forma escalonada, de modo que quanto mais se consome, mais se paga? Em caso de reajuste, é possível aplicá-lo também de forma escalonada ou é preciso estabelecer um percentual único sobre toda a tabela?

O serviço de abastecimento de água potável, juntamente com os serviços de esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas compõem o saneamento básico, cujas diretrizes estão estabelecidas pela Lei Federal nº 11.445/2007.

O mesmo diploma legal fixou a política de subsídios tarifários, autorizando que a estrutura de remuneração e cobrança dos serviços de saneamento básico leve em consideração, entre outros fatores, as categorias de usuários, distribuídas por faixas ou quantidades crescentes de utilização de consumo.

A Lei de Concessões (Lei Federal nº 8.987/1995) já previa a possibilidade de cobrança diferenciada das tarifas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.

Daí se infere a possibilidade de fixação de tarifas por sistema progressivo em função das diferentes



categorias de usuários.

Com fundamento nos referidos dispositivos, o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula 407, que pacificou a possibilidade de cobrança de tarifa de água em função do consumo, estipulando que “é legítima a cobrança da tarifa de água, fixada de acordo com as categorias de usuários e as faixas de consumo”.

Diante da possibilidade de cobrança de tarifas diferenciadas, estabelecidas de forma progressiva de acordo com a faixa de consumo, parece-nos possível também a fixação de índices de reajuste escalonados de acordo com essas mesmas categorias.

No entanto, o reajuste tarifário deverá ser justificado sob o aspecto técnico, por meio de mecanismos que demonstrem a adequação da diferenciação dos índices estabelecidos de acordo com cada faixa de consumo.

Em outras palavras, a fixação dos índices tarifários de forma escalonada deverá ser fundamen-

tada em razões técnicas que amparem o reajuste.

Tendo em vista que a remuneração dos serviços de água possui natureza jurídica de tarifa ou preço público, não tendo, pois, caráter tributário, a sua instituição ou majoração não depende da edição de lei específica, contrariamente ao que ocorre com os tributos, dos quais são espécies os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria.

Sendo assim, o reajuste tarifário pode ser instituído por meio de Decreto. Nesse contexto, não ofende o princípio da igualdade o estabelecimento de tarifas diferenciadas estabelecidas em função da faixa de consumo de água.

Isabela Giglio é advogada especialista em Direito Administrativo e em Direito Processual Civil pela PUC/SP, Consultora Jurídica da CONAM – Consultoria em Administração Municipal, membro do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM, autora do livro “Improbidade Administrativa – Dolo e Culpa” e co-autora do livro “Vinte Anos de Constituição” e “O Marco Regulatório do Terceiro Setor” (isabela@conam.com.br).

Articule:

Diálogo, catalisador de soluções



Instituto Articule - Célula de Soluções Estratégicas

Por Alessandra Gotti

Ano de turbulência política e econômica, 2017 foi também palco de muita reflexão sobre a gestão pública e a crescente judicialização da saúde e educação no Brasil.

O fenômeno da judicialização impacta de maneira crescente o orçamento público, compromete o planejamento e, a despeito da mobilização de recursos humanos e financeiros, não resulta necessariamente na melhoria do serviço público prestado à população.

A construção de soluções dialogadas, cujos resultados sejam monitorados de forma compartilhada, e seus avanços e obstáculos informados à população, podem catalisar, não apenas o aprimoramento da Administração Pública, mas, sobretudo, impulsionar a concretização de direitos para a população de forma geral, com ganho em escala.

Partindo da premissa de que res-

postas eficazes para problemas que envolvem políticas públicas sociais somente podem ser construídas a partir de olhares multifocados e do diálogo interinstitucional, foi fundado no último dia 13 de dezembro, na sede do Conselho Regional de Administração de São Paulo, o Instituto Articule cujo propósito é fomentar o diálogo e a articulação interinstitucional para promover os direitos fundamentais sociais e reduzir a sua judicialização no Brasil.

O Instituto Articule foi concebido como o braço executivo para apoiar a atuação da Célula de Soluções Estratégicas, ligada ao Grupo de Administração Legal (GEAL) do CRA-SP, que se dedica a transformar conhecimentos acadêmicos em realidade e desenvolver soluções inovadoras para problemas envolvendo políticas públicas sociais.

Em atividade há 14 meses, a Célula de Soluções Estratégicas é composta por profissionais da área do Direito, Administração, Estatística, Engenharia, Economia e Jornalismo, que integram instituições como o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Advocacia, o Tribunal de Contas do Município, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a Associação Paulista de Município e conceituadas universidades. Ao longo de sua trajetória, foram firmados acordos de cooperação técnica com a Associação Paulista de Municípios (APM), a Associação Brasileira de Jurimetria (ABJ), e o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), todos com o objetivo de propiciar a construção de estratégias que acelerem o aprimoramento dos serviços disponibilizados à população e, como consequência, reduzam a judicialização.

Com a multidisciplinariedade e a interinstitucionalidade impregnadas em seu DNA, o Instituto Articule conta, em seu Conselho de Governança e Diretoria, com Alessandra Gotti (Presidente do Instituto Articule), José Eduardo Ciotola Gussem (Procurador-Geral de Justiça do MPRJ), Flavia Piovesan (membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, para o mandato de 2018-2021), Rogério Góes (Diretor de Relações Institucionais do Instituto Articule e Conselheiro do CRA-SP), Carlos Cruz (Diretor de Relações Governamentais do Instituto Articule e Presidente da APM), Priscila Cruz (Presidente do Conselho de Governança do Instituto Articule e Presidente do Todos pela Educação -TPE), Nina Ranieri (Presidente do Con-

selho Científico do Instituto Articule e Professora Associada do Departamento de Direito do Estado da Faculdade de Direito da USP), Maria Lúcia Meirelles Reis (Presidente do Conselho Fiscal do Instituto Articule e Diretora Administrativo-Financeira do TPE), Julio Trecenti (Diretor Técnico-Científico do Instituto Articule e Secretário Geral da ABJ), Thamara Medeiros (Diretora de Pesquisa do Instituto Articule), Gustavo Fernandes (Professor Assistente do Departamento de Gestão Pública da EAESP-FGV e Assessor no TCE/SP), Alexandre Cordeiro (Chefe de Gabinete no TCM-SP), Mozart Neves Ramos (Diretor de Inovação e Articulação do Instituto Ayrton Senna), Marcelo Barbieri (Vice-Presidente da APM); Patricia Werner (Procuradora do Estado), Juliana do Val Ribeiro (Coor-

denadora do Núcleo da Infância e Juventude da Defensoria Pública do Estado de São Paulo); Antonio Carlos Ozorio Nunes (Promotor de Justiça e Assessor do Centro de Apoio Operacional Civil e de Tutela Coletiva do MPSP), Fernando Corrêa (Diretor-técnico da ABJ) e com os advogados Tito Hesketh, Samuel Alves de Melo Junior, Rosa Maria Prandini e Ana Cláudia Pires Teixeira.

O ano de 2017 deixa como legado o Instituto Articule com a missão de dar voz e vida ao interesse público, convertendo ute- pias em realidade. É tempo de compor.

Alessandra Gotti é presidente do Instituto Articule e Coordenadora da Célula de Soluções Estratégicas do Grupo de Administração Legal (GEAL) do Conselho Regional de Administração de São Paulo (CRA-SP) e Diretora Institucional e Sócia de Hesketh Advogados.

UM ANO DE REALIZAÇÕES,

Nós, Conselheiros e funcionários do Conselho Regional de Biomedicina da 1^a Região - SP, sentimo-nos honrados com a parceria que mantemos com a Associação Paulista de Municípios - APM.

E nesta oportunidade saudamos todos os PREFEITOS de nosso Estado, desejando que realizem com sucesso todos seus projetos de governo, podendo contar com os Biomédicos em suas administrações, agentes capacitados para resolver situações na área de saúde.

Feliz Natal e um Ano Novo de realizações.

Dr. Dácio Eduardo Leandro Campos – Presidente CRBM1



CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA 1^a REGIÃO – CRBM1

Av. Lacerda Franco, 1.073, CEP 01536-000, Cambuci, São Paulo, SP.

Contato: 11- 33475555 www.crbm1.gov.br crbm1@crbm1.gov.br





A efetividade nas políticas públicas e o IEG-E

O Brasil vive um momento histórico. De crise, mas também de oportunidades. Se as denúncias de corrupção chocam, o que parece ser o início de um processo que levará ao fim da impunidade, nos dá esperanças de que os tempos são outros e promissores.

Movidos pela indignação diante de tantas denúncias de irregularidades e desvios de recursos, os brasileiros hoje reivindicam acesso a informações para poder vigiar os governos, avaliar os resultados das políticas públicas e cobrar os gestores eleitos democraticamente. Essa é uma exigência legítima e indispensável para o bom funcionamento do controle social e das instituições republicanas.

Em um cenário como esse, a atividade de auditoria das administrações requer dos órgãos de fiscalização mais do que a aferição da legalidade das normas de execução orçamentária e de regularidade de despesas. É preciso investigar o resultado de todas essas práticas.

Por isso, em 2015, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em uma iniciativa pioneira no país, criou o Índice de Efetividade da Gestão Municipal, IEG-M. Examinando sete esferas de atuação pública - educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, proteção aos cidadãos (quesitos ligados à defesa civil) e governança em tecnologia da informação - o indicador mede a correspondência das ações dos governos às demandas dos cidadãos.

Em 2017, pelo terceiro ano consecutivo, o levantamento, depois de interpretado, contribuiu para o aumento de eficiência do controle externo. A partir da análise dos dados produzidos, podemos agora detectar setores que merecem maior vigilância da ação fiscalizatória.

Os números apurados ainda se

mostraram úteis para prefeitos e vereadores, que têm usado o IEG-M como mecanismo de mensuração de políticas, correção de rumos, reavaliação de prioridades e consolidação do planejamento.

A repercussão da iniciativa estimulou a implementação do IEG-M/Brasil, o que atualmente permite um estudo comparativo do desempenho de mais de 80% das prefeituras de vários Estados.

A relevância do projeto foi reconhecida até mesmo pela ONU, que, por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), assinou uma parceria com o Tribunal de Contas para o uso do IEG-M como ferramenta oficial da organização para o monitoramento de ações municipais no Estado de São Paulo.

Diante desse sucesso, países como a Argentina e Angola também já demonstraram interesse em adotar a metodologia.

Mas era hora de ir além. Afinal o TCESP é responsável pela auditoria não só das 644 prefeituras, mas também do governo do Estado. Por isso, temos o enorme prazer de lançar este ano o IEG-E, Índice de Efetividade da Gestão Estadual, que medirá a eficiência da administração paulista.

Depois de um ano de trabalho incansável, nossos técnicos - reunidos com representantes da sociedade civil, do governo e das universidades - definiram a metodologia mais adequada para aferir as políticas públicas do governo do Estado.

Analizando 342 quesitos relacionados às áreas da educação, saúde, planejamento, gestão fiscal e segurança pública, esperamos mais uma vez poder colaborar no aprimoramento da atividade de fiscalização externa e, consequentemente, do serviço

público.

Assim como já ocorre com o IEG-M, todos os dados produzidos pelo IEG-E serão disponibilizados aos cidadãos de maneira clara e objetiva em um site. Uma contribuição valiosa para a transparência e o controle social.

Mas nada disso teria sido possível sem a ajuda das Secretarias Estaduais da Educação, Saúde, Planejamento e Gestão, Fazenda, Segurança Pública, das Polícias Militar, Civil e Técnico-Científica, do Arquivo Público do Estado de São Paulo, da Fundação Seade, do Instituto Sou da Paz, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, da Universidade Federal do ABC (UFABC), Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (USP), Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), dos servidores do Tribunal de Contas e de especialistas de diversas áreas das cinco dimensões que compõem o índice.

Só atuando de maneira integrada, movidos pelo intercâmbio de boas práticas e experiências entre todos os setores da sociedade, poderemos construir soluções duradouras para um país tão complexo quanto o Brasil. Por isso, agradeço o empenho e a dedicação de todos os envolvidos neste projeto.

Espero que o IEG-E alcance os mesmos padrões de excelência do IEG-M para que, como órgão de controle, também possamos continuar a servir a população deste Estado com a eficiência que os paulistas desejam e merecem.

Sidney Estanislau Beraldo é presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP).

O valor das nossas águas

Por Wagner Martins M. da Silveira

O Brasil, como em qualquer lugar do mundo, a água disponível na natureza é utilizada de várias formas, tanto nas áreas urbanas como nas rurais. O país conta com mecanismos de monitoramento dos fluxos e dos reservatórios, bem como de controle do uso. No entanto, ainda não sabe quanto de água cada setor produtivo efetivamente utiliza, especialmente em termos monetários, e o impacto desse consumo nos mananciais.

Para obter informações como essas o país está elaborando a Conta Ambiental da Água, projeto fruto de uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Agência Nacional de Águas (ANA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A primeira conta será divulgada no Fórum Mundial da Água, que será realizado em março de 2018, no Brasil.

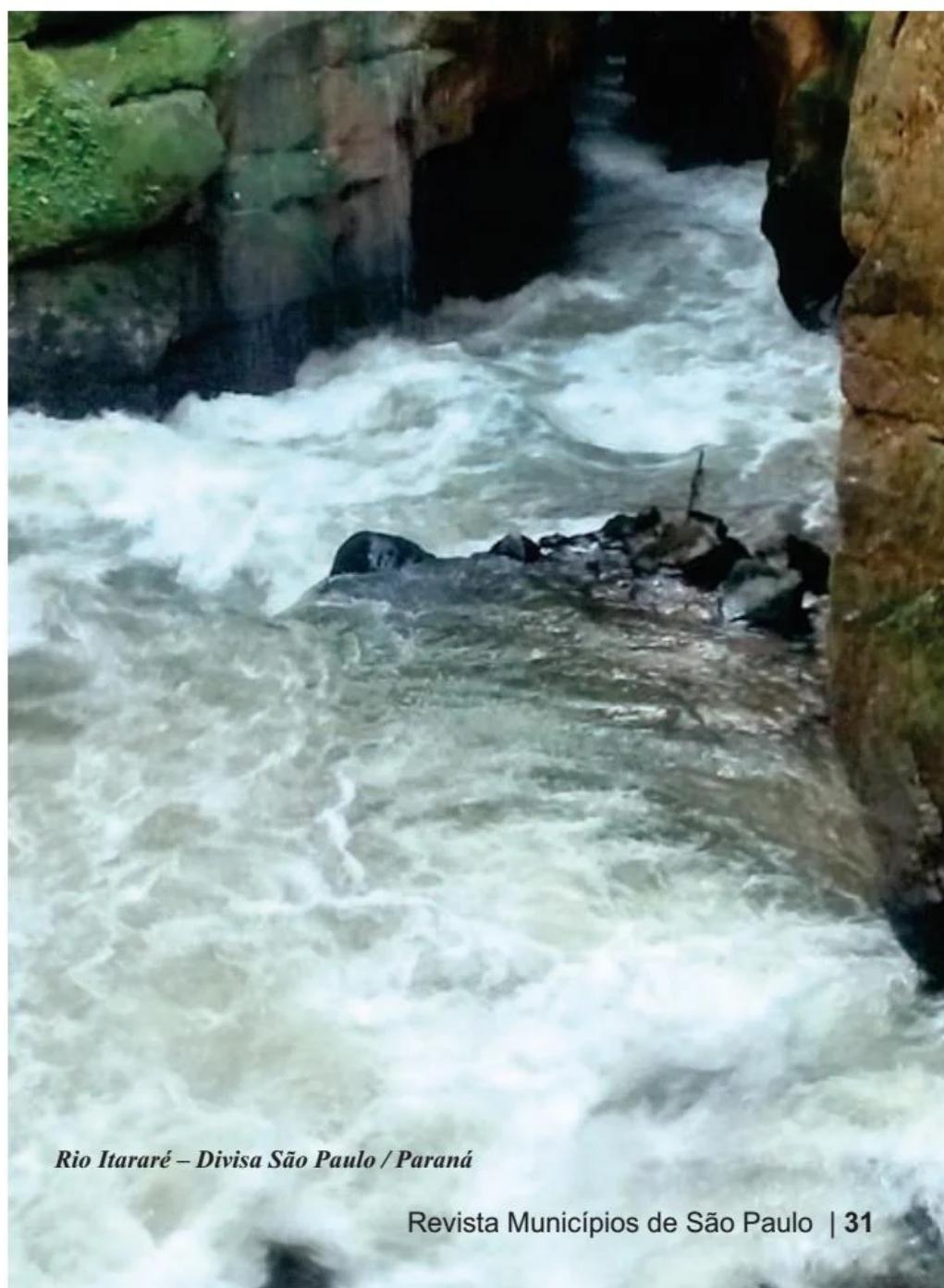
“A Conta Ambiental da Água está inserida em um conjunto maior, que são as Contas Econômicas Ambientais, as quais buscam estabelecer a relação entre o meio ambiente e a economia. Representa uma tentativa sistematizada, com metodologia reconhecida internacionalmente, para verificar quanto se gasta de recursos naturais na produção econômica”, explica José Antônio Sena do Nascimento, supervisor do IBGE.

Ela vai mostrar a quantidade de água utilizada nas diversas atividades econômicas do país e pela população em geral. A partir desses quantitativos será possível avaliar o impacto do consumo nos estoques (reservatórios e rios, por

exemplo), sempre considerando o ciclo hídrico de cada um deles, e mensurar se esses mananciais correm o risco de se esgotarem em função do consumo excessivo. Também será avaliada a quantidade e a qualidade da água devolvida ao meio ambiente, verificando questões como poluição.

Essas informações serão a base para o cálculo monetário, ou seja, o

quanto representa o consumo dos setores em relação ao que cada um deles contribui para o Produto Interno Bruto (PIB) do país. Segundo Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, os valores vão possibilitar uma medição mais correta da oferta, da demanda e do uso da água na economia: “Toda vez que a gente faz uma conta mais especializada



de algum setor a gente melhora os dados e o entendimento sobre o próprio setor. É importante para o país começar a entender todos os fluxos do meio ambiente na economia".

Segundo Sena, a conta vai fornecer elementos para identificar os setores que, em termos financeiros, gastam muita água em relação ao que efetivamente contribuem para o PIB. "Será que não seria melhor investir em outro setor que gera muita riqueza e gasta poucos recursos naturais?", questiona Sena. Ainda de acordo com ele, essas informações podem ajudar o Brasil a definir que caminho seguir em termos de desenvolvimento e sustentabilidade, optando por um uso mais intenso ou moderado da água: "Isso ajuda a avaliar se o uso está sendo racional. Será que estamos ganhando muito ou pouco dinheiro considerando a quantidade de água gasta? O ganho econômico compensa? Será que vamos gastar todo um estoque de água numa determinada produção econômica? Compensa a perda de um recurso importante?".

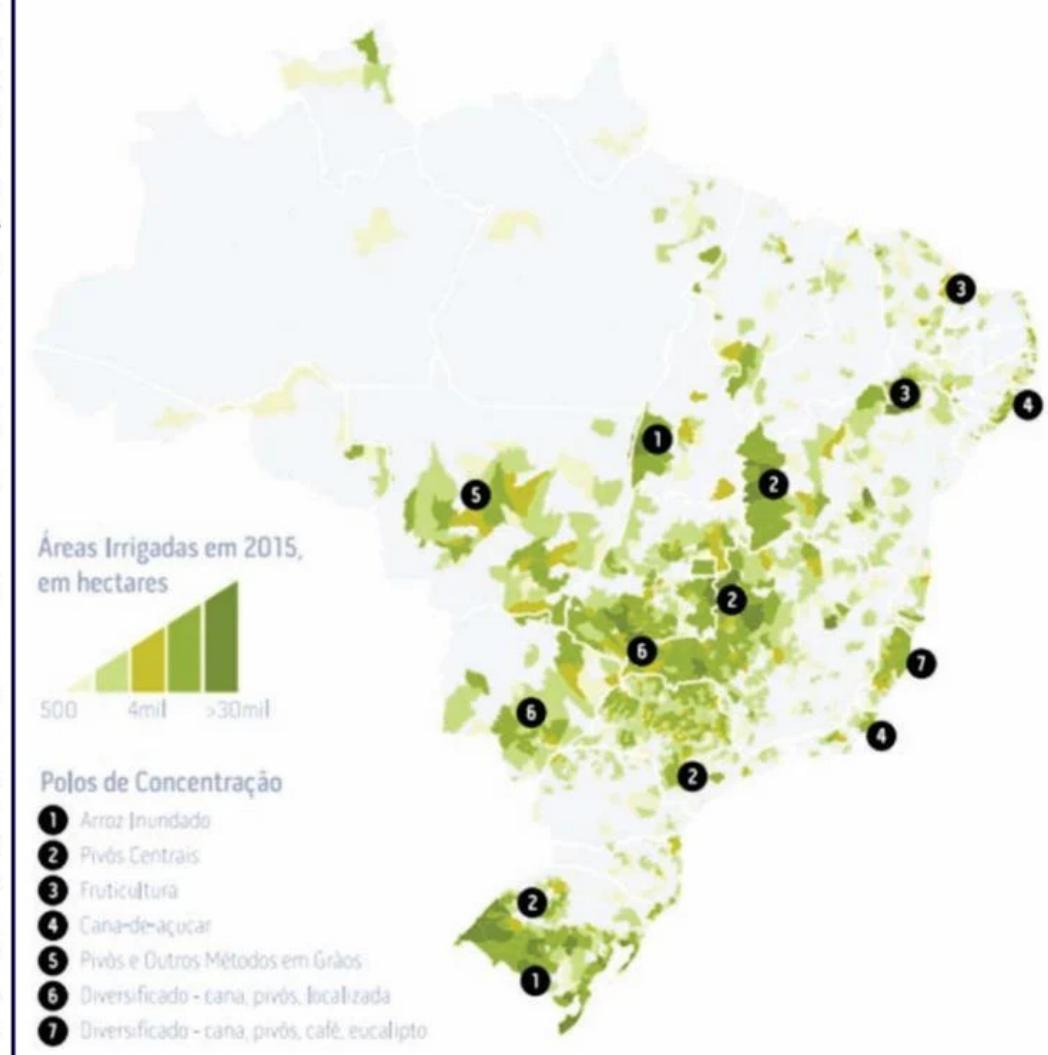
Uso sustentável garante conservação dos mananciais

Uma das bases do projeto é a noção de segurança hídrica, conceito relacionado a iniciativas que possam diminuir os níveis de agressão às bacias hidrográficas. De acordo com Alexandre Lima, coordenador de Conjuntura e Gestão de Informação da ANA, o objetivo é fazer uma gestão mais eficiente da água: "Se aumento muito

minha demanda por água, o manancial pode se esgotar. O ideal é ter uma infraestrutura hídrica adequada para suprir as necessidades". Considerando a disponibilidade hídrica na superfície, o país retém 12% da água do planeta – valor que pode chegar a 18% se considerada a água oriunda de países vizinhos que entra no Brasil. Porém, quando olhamos a distribuição da água ao longo do território nacional, vemos que ela é totalmente desigual: 80% da massa de água está na Amazônia, onde se concentra a menor parcela da popu-

lação. De forma oposta, são justamente as áreas com maior densidade demográfica as que têm menos disponibilidade de água, o que gera o chamado estresse hídrico: "Nas bacias do Centro-Oeste há grande conflito pelo uso da água, o que é percebido através do conflito entre o setor hidroelétrico e a irrigação. No Sul, há uma grande demanda de água na irrigação de arroz inundado. O mesmo ocorre nas bacias de regiões metropolitanas, como a do Alto Tietê (São Paulo) e a do rio Piracicaba (Campinas)". Alexandre também ressalta a baixíssima

ÁREA IRRIGADA NO BRASIL EM 2015



Fonte: ANA – Relatório Conjuntura dos Recursos Hídricos 2017

SITUAÇÃO DO BALANÇO HÍDRICO QUANTITATIVO POR MICROBACIA

Excelente
 Confortável
 Precópice
 Crítico
 Muito Crítico

1. Paraná
2. Verde Grande
3. Preto
4. Rios Federais no DF
5. São Marcos
6. Doce
7. Paraíba do Sul
8. Pardo
9. Mogi Guaçu
10. Piracicaba
11. Alto Paranaíba
12. Quaraí
13. Lagoa Mirim/São Gonçalo



Nas bacias do São Marcos, São Bartolomeu, Preto e Javaé, apresentam alta demanda para irrigação associada às áreas de cabeceiras.

Nas bacias do Paraná, Grande e Paranaíba, há elevada demanda para irrigação por pivôs.

Nas bacias localizadas no extremo Sul do país há elevada demanda para irrigação, principalmente de arroz.



Semiárido
As bacias da Região Semiárida, no Nordeste do país, apresentam uma situação crítica devido à baixa disponibilidade hídrica.

A irrigação é fator determinante do estresse hídrico das bacias dos rios Grande e Verde Grande, afluentes do São Francisco.

Nas bacias PCJ apresentam expressiva demanda para abastecimento urbano, principalmente devido à transfériência de vações nas áreas de cabeceiras.



Fonte: ANA – Relatório Conjuntura dos Recursos Hídricos 2017

Regiões Metropolitanas

TOTAL DE ÁGUA CONSUMIDA NO BRASIL (MÉDIA ANUAL)



Fonte: ANA – Relatório Conjuntura dos Recursos Hídricos 2017

disponibilidade hídrica do semiárido nordestino, situação agravada pelo fato de o subsolo ter pouca capacidade de armazenamento de água. Para ele, segurança hídrica não diz respeito somente à quantidade de água disponível para ser utilizada, mas também à qualidade dessa água.

Desenvolvimento econômico com sustentabilidade

Apesar de a preservação de nossas bacias ser um aspecto valorizado no projeto da Conta Ambiental da Água, as instituições envolvidas defendem que o meio ambiente não deve ser um entrave para o desenvolvimento econômico, e sim um locus de desenvolvimento. É o que pensa Geraldo Sandoval Góes, especialista em políticas públicas e gestão governamental do MMA: “A questão da água é uma preocupação mundial, inclusive é algo que interessa tanto às organizações internacionais como às empresas privadas. A responsabilidade climática e a busca por modos de produção que causem menos impacto ao meio ambiente são questões cada vez mais incorporadas nas políticas públicas”. A água está na superfície terrestre, nos aquíferos subterrâneos e na atmosfera, em estado gasoso, líquido ou sólido. Não temos como mudar a quantidade de água no planeta porque ela integra um ciclo hídrico, no qual nada se cria ou se perde, apenas se renova. Com a Conta Ambiental da Água será possível acrescentar mais uma camada analítica nesse ciclo: a contribuição da água para a atividade econômica e o impacto dessa atividade na água.

Wagner Martins Magalhães da Silveira é coordenador de divulgação do IBGE.



Por que fazer o Plano Municipal de Redução de Riscos em seu Município?

Por Fabrício A. Mirandola e
Eduardo S. de Macedo
Pesquisadores do IPT

Identificar, caracterizar e orientar a tomada de decisões para a ação de redução de riscos resultantes de processos de deslizamentos e solapamentos de margens de córrego é o papel mais importante quando o Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR) é realizado em um município.

Estes objetivos são alcançados por meio do mapeamento e da caracterização do risco quanto às condições das moradias, construções e de referenciais técnicos e gerenciais que, a partir de um amplo levantamento e análise de dados, possibilitem ao gestor público programar e implementar intervenções estruturais e não estruturais consideradas prioritárias. Estas podem prevenir e evitar a ocorrência de deslizamentos nas encostas, no caso de moradias localizadas em relevos desfavoráveis à ocupação (morros de altas declividades) e solapamento de margem,

no caso de moradias localizadas em fundo de vales, conforme histórico de ocorrência de acidentes registrados e indicados pela equipe da Prefeitura Municipal.

Diversos municípios têm se adiantado quanto à elaboração de seu PMRR, principalmente após a aprovação da Lei nº 12.608, de 2012 (BRASIL, 2012), que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, dispondo sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil onde, no seu artigo 2º, destaca que é “dever da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios adotar as medidas necessárias à redução dos riscos de desastre”.

O PMRR é um instrumento de planejamento para o diagnóstico do risco que agrupa a proposição de medidas estruturais para a sua redução, considerando a indicação de intervenções, sua estimativa de custos e os critérios de priorização para sua execução. Para que as

intervenções estruturais saiam do papel, um dos itens que compõem a metodologia do PMRR é o levantamento de fontes potenciais de recursos, no âmbito dos governos federal, estadual e municipal para implantação das intervenções prioritárias. Para os municípios que não têm ainda o conhecimento sobre suas áreas de risco, ou dispõem de dados desatualizados sobre as mesmas, o PMRR inclui como etapa inicial o mapeamento dos setores de risco (Figuras 1 e 2).

No processo de formulação do PMRR, o envolvimento da população que ocupa áreas de risco varia de acordo com a cultura local e com o grau de organização social das comunidades. É desejável que essa participação se dê desde o levantamento do histórico de acidentes e ocorrências da área, pois a percepção do risco mostrada pelos moradores é de grande valia, já que estes presenciaram vários períodos chuvosos nesses locais.

Ao final da elaboração do PMRR os municípios dispõem de



Figura 1 – Exemplo de setorização de risco em imagem vertical de satélite

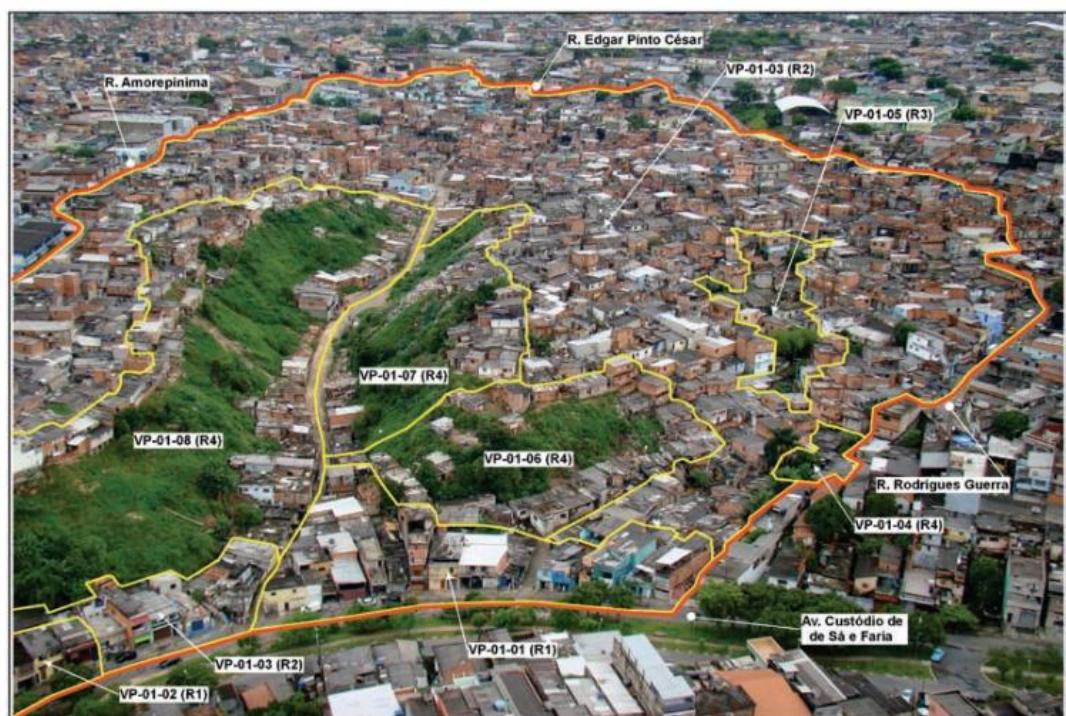


Figura 2 - Exemplo de setorização de risco em foto oblíqua de helicóptero.

uma política integrada de gestão de riscos ambientais com dados sistematizados sobre as situações de risco em escalas adequadas, acabando com a cultura de se trabalhar com informações pontuais ou gene-

ralizações dos processos existentes. Isso demandará a criação de um programa estruturado de obras para minimização ou erradicação dos riscos. Com isso, a Defesa Civil não mais trabalhará de forma

isolada e desconectada da gestão contínua de risco, mas realizará ações efetivas de prevenção de forma articulada com as áreas de gestão da política urbana, apresentando uma organização institucional e comunitária adequada para a gestão de riscos.

O PMRR norteará as ações estruturais e não estruturais da Prefeitura, devendo incluir a caracterização e o grau de risco como critério de priorização para intervenção nos programas habitacionais de urbanização e produção habitacional, voltados à solução do déficit habitacional, indicando locais onde há necessidade e possibilidade de execução de obras de correção de situações de riscos mitigáveis, ou indicando a necessidade de remoções em situações de riscos não mitigáveis (Figuras 3 e 4).

Quanto às ações não estruturais, é necessário realizar o monitoramento contínuo dos setores de risco mapeados, acompanhando a possível evolução do grau de risco e trabalhando no combate contra novas ocupações por meio de fiscalização integrada. Além disso, há a possibilidade da organização das comunidades e ampliação do seu nível de informação, incluindo a implantação de Núcleos de Defesa Civil nas áreas mais problemáticas, com setores de risco Alto (R3) ou Muito Alto (R4).

Outra consequência importante resultante do PMRR é a utilização

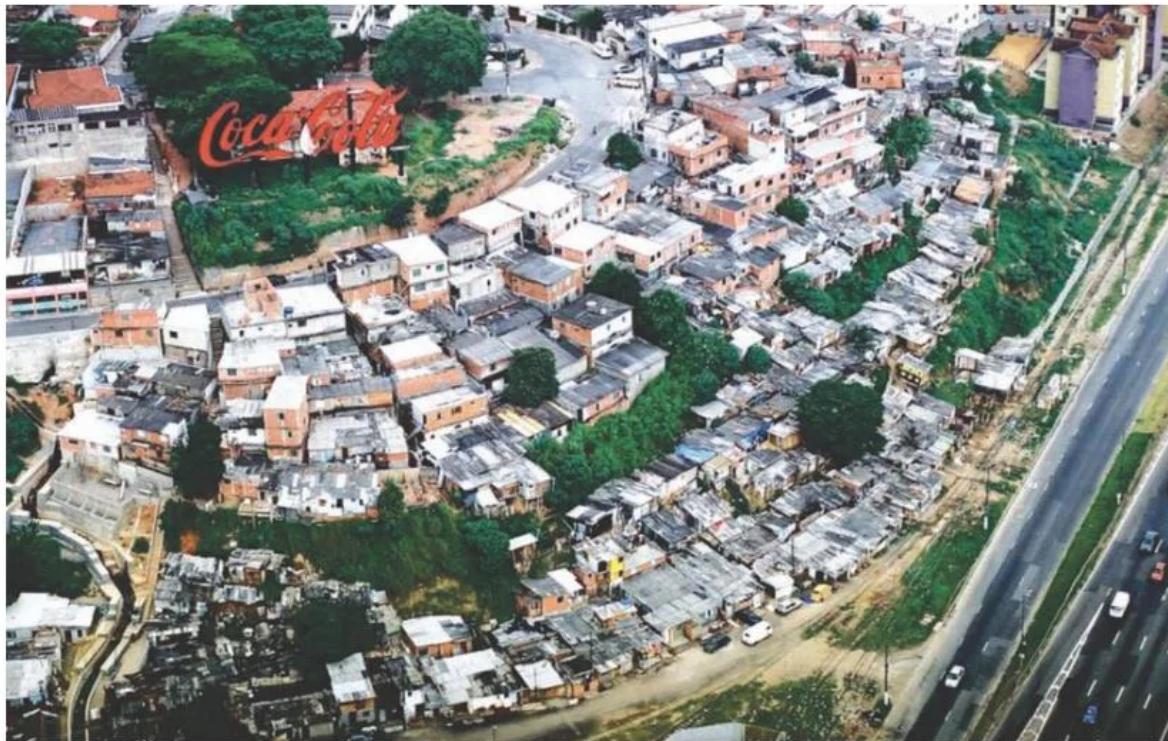


Figura 3 – Exemplo de área de risco antes da elaboração do PMRR (2000).



Figura 4 - Exemplo de área de risco após a elaboração do PMRR (2010).

dos estudos desenvolvidos, principalmente o mapeamento e a determinação dos graus de risco, como norteador do dimensionamento das necessidades habitacionais do Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS. O PLHIS constitui um conjunto articulado de diretrizes, objetivos, metas, ações e indicadores que caracterizam os instrumentos de planejamento e gestão habitacionais. E a partir de sua elaboração que o Município e o Estado consolidam, em nível local, a Política Nacional de Habitação, de forma participativa e compatível com outros instrumentos de planejamento local, como os Planos Diretores, quando existentes, e os Planos Plurianuais Locais. A partir da caracterização da situação habitacional do município e do estabelecimento do déficit prioritário, o PLHIS pode estruturar linhas programáticas e programas habitacionais para a política local, coerentes com o Plano Nacional de Habitação- PLANHAB.

O PMRR aponta a importância

do conhecimento do problema, do planejamento e da implementação de ações continuadas e possibilita, a médio e longo prazos, a formulação de uma ação multidisciplinar e intersetorial, com a integração das ações dos diversos órgãos que de alguma maneira lidam com o problema, assegurando fontes de investimento específicas.

O IPT tem expertise na elaboração deste plano, e já os executou em diversos municípios do Estado de São Paulo. Vale destacar que a metodologia do mapeamento, que é elaborado no PMRR, segue a metodologia nacional criada pelo próprio IPT e o Ministério das Cidades, do governo federal, no ano de 2007.



Prefeita Tamiko Inoue

A Prefeita Tamiko Inoue não tem medido esforços para promover o desenvolvimento de Andradina e o bem estar da população, e entre tantos trabalhos, participou das ações da APM e da Confederação Nacional de Municípios na mobilização de Prefeitos a Brasília para a obtenção de mais recursos aos municípios. A pavimentação do Parque Empresarial I, as ações no Núcleo de Atividades Sociais, Culturais e Esportivas (Nasce) e os lotes urbanizados também fazem parte de suas conquistas.

Inclusão em Campos

A vereadora Maria Joaquina dos Santos, de Campos do Jordão, vem realizando importante trabalho em defesa da população, em apoio ao prefeito Fred Guidoni e à presidente do Fundo de Solidariedade, Juliana Cintra, preocupados com a causa social. Entre seus projetos estão três que fixam, no calendário oficial de eventos do município, o Natal Inclusivo, o Arraiá Inclusivo e o Sarau Inclusivo.

Fórum da Mulher Economista

O 1º Fórum Paulista da Mulher Economista do Estado de São Paulo foi presidido pela Economista Profa. Nancy Braga Gorgulho, atuante Conselheira do Sindicato dos Economistas no Estado de São Paulo (Sindecon-SP), trazendo discussões importantes às profissionais da área. Lembre-se que a Dra. Nancy foi a primeira mulher a presidir o Conselho Regional dos Economistas e recentemente recebeu o título de comendadora pela Associação Brasileira de Liderança, a Braslíder.

Casa de Noel

Com apoio da APM, vários municípios receberão o evento patrocinado pela empresa PANCO e organizado pela empresa MBM. Algumas datas do evento em dezembro: dia 9 em Santos, dia 15 em São José dos Campos, 16 em Guararema, 17 em Campinas, 22 em Campos de Jordão e dia 23 em São Paulo. Aproveito para desejar a todos, um Natal de muita paz, saúde e alegrias e um ano novo de plenas realizações e trabalhos conjuntos em defesa do municipalismo. Obrigada pela colaboração e que Deus nos proteja e abençoe sempre!

Congresso em foco 2017

Pelo voto popular, entre os dez parlamentares mais votados, há 3 senadoras, Ana Amélia, Fátima Bezerra e Regina Sousa e entre os dez deputados federais mais votados, a presença da deputada Luíza Erundina. Já na votação de jornalistas, a senadora Simone Tebet aparece entre os dez parlamentares mais votados e no voto do júri, entre as parlamentares, há a citação de Alice Portugal, além de Luíza Erundina. Parabéns!

Cesto Solidário

A vice-prefeita de Araçatuba, Edna Flor, lançou o projeto “Cesto Solidário – o Luxo do lixo”, baseado em legislação federal e estadual que preveem separação dos resíduos de órgãos e entidades públicas que podem ser destinados a entidades de catadores de materiais recicláveis. Segundo Edna, este projeto atenderá as necessidades de conservação ambiental, de promoção social e de geração de renda.

Pró-equidade de gênero

O Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA-SP) sediou reunião da Comissão Temática Equidade de Gênero e Raça (Cteq), instituída pelo Conselho Federal para coletar e estudar conteúdos que auxiliem o Confea a obter o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Qualquer empresa pública ou privada pode participar e, em São Paulo, a Comissão foi recebida por atuantes profissionais, entre elas a Eng. Hosana Cossi.

Brasil cai 11 posições

Pesquisa anualmente divulgada pelo Fórum Econômico Mundial, em Genebra, Suíça, apontou aumento na média de desigualdade entre homens e mulheres, sendo necessários agora 100 anos para que se alcance a paridade entre gêneros. Neste levantamento o Brasil caiu 11 posições.

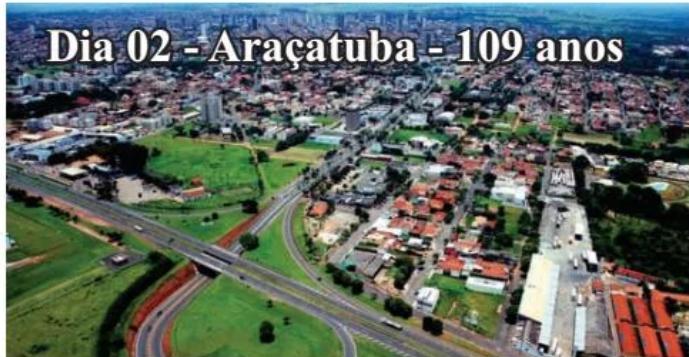
ACONSP

A Associação das Consulesas de São Paulo (Aconsp) que reúne esposas de cônsules e diplomatas mulheres vem realizando há cerca de 30 anos (e oficialmente desde 2004) várias ações sociais de importância, como a campanha de óculos para escolares.

Marilene Mariottoni é 4ª Vice Presidente da APM e as notícias para esta coluna deverão ser enviadas para marilenemarioton@uol.com.br



Dezembro



Dia 02 - Araçatuba - 109 anos

A história de Araçatuba está ligada à construção da estrada de Ferro Noroeste do Brasil, como parte de uma política de interiorizarão do país. Os trabalhos foram iniciados no dia 15 de novembro de 1904, com a construção do trecho Bauru a Itapura, localizada nas barrancas do rio Paraná. Dia 2 de dezembro de 1908 os trilhos chegaram até o km 280, onde foi montado um acampamento. Um vagão deixado no local serviu provisoriamente como estação. Ali nasceu Araçatuba, hoje com 110 mil habitantes.

Dia 02 - Avaí
Dia 02 - Presidente Alves
Dia 03 - Iguape
Dia 04 - Chavantes
Dia 04 - Conchas
Dia 04 - Santa Bárbara D' Oeste
Dia 05 - Sertãozinho
Dia 05 - Taubaté
Dia 07 - Mongaguá
Dia 08 - Birigui
Dia 08 - Dracena
Dia 08 - Guararapes
Dia 08 - Guarulhos
Dia 08 - Jandira
Dia 08 - Mariápolis
Dia 08 - Mauá
Dia 08 - Nova Castilho
Dia 08 - Palmares Paulista
Dia 08 - Parapuã



Dia 08 - Caconde - 242 anos

Não existem provas documentais sobre a fundação de Caconde, contudo, segundo crônica local, a cidade surgiu em função do ouro, tendo em 1765, sido explorado pelo Capitão Pedro Franco Quaresma, provavelmente o descobridor das minas e fundador do arraial. Muitos povoadores estabeleceram-se no arraial, aumentando a população. Caconde é termo de origem africana, aplicado à povoação da região Angolana banhada pelo rio Cumene; a denominação variou de Cacunda e Caconda para Caconde, cidade de 20 mil habitantes.



Dia 08 - Diadema - 57 anos

Desde o início, o processo de ocupação de Diadema teve um fator fundamental: sua localização geográfica entre o litoral - Vila de São Vicente - e o planalto - Vila de São Paulo de Piratininga. Foi a existência de uma via de ligação entre São Bernardo e Santo Amaro que proporcionou a chegada de uns poucos moradores ainda no século XVIII. As avenidas Antonio Piranga e Piraporinha originaram-se desses caminhos primitivos. Hoje são 390 mil habitantes.



Dia 08 - Mendonça - 55 anos

No decênio de 1920 a 1930, inúmeras famílias procuravam o interior de São Paulo em busca de terras férteis para a agricultura. Lázaro Soares Dias, entre outros, conseguiu do proprietário Jacinto de Souza, a ordem para fundar no local, Mendonça, um povoado, que em 1928, recebeu o nome de Vila São Jacinto, depois Vila Amaral Mendonça. Em 1940, oficializaram o nome de Mendonça.

Em 1959, tornou-se Município, alcançando sua autonomia político-administrativa. População: 5.300 habitantes.

Dia 08 - Votorantim

Dia 09 - Indaiatuba

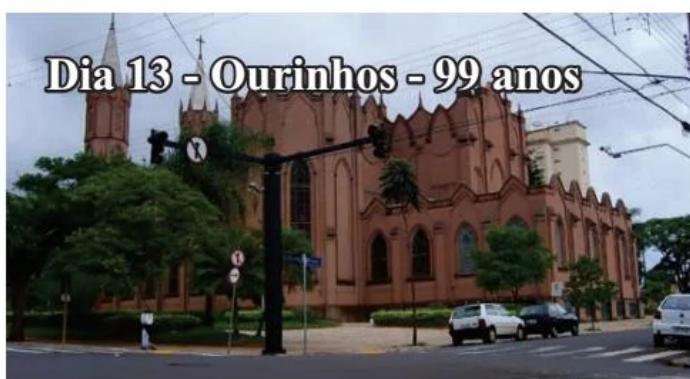
Dia 11 - Duartina

Dia 12 - Ibirá

Dia 13 - Guaiçara

Dia 13 - Palmeira D'oeste

Dia 14 - Caieiras



Ourinhos, com todas as características dos municípios da fase econômica que se iniciou com o avanço de café para as novas terras de florestas derrubadas, na região às margens do Rio Paranapanema, era pouco conhecida nos primeiros anos deste século. Com a presença de um elemento novo - o colono italiano - conseguiu-se uma rápida ocupação da terra, com a predominância da monocultura (café e algodão), integrando-se na vida econômica da monocultura e do Estado. População: 112 mil habitantes.

Dia 14 - Jundiaí
Dia 15 - Bragança Paulista
Dia 17 - Aparecida

Dia 18 - Sete Barras - 59 anos



Sobre a origem de Sete Barras existem duas correntes: uma atribui o nome ao fato da pequena Vila, que deu origem à cidade, estar situada nas proximidades da orla do sétimo afluente do Ribeira, e a outra, às lendas ligadas à exploração de ouro na região, no início da colonização, entre elas a das Sete Barras de ouro perdidas. Na segunda metade do século passado começou o movimento que culminou com a emancipação político-administrativa em 18 de fevereiro de 1959. População: 13 mil habitantes.

Dia 19 - Maracaí

Dia 19 - Santa Lúcia

Dia 23 - Lagoinha

Dia 24 - Cabrália Paulista

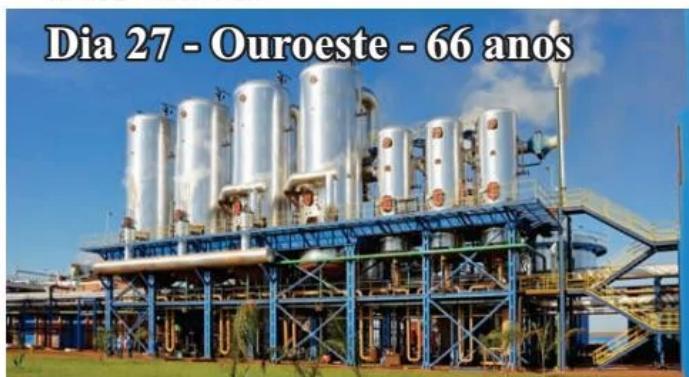
Dia 24 - Rifaina

Dia 27 - Espírito Santo do Pinhal



Empenhado em abrir estradas para facilitar a comunicação na região, na década de 20 o coronel Souza Porto conseguiu que o leito da ferrovia da Companhia Paulista de Estradas de Ferro passasse pelas terras de seu genro, vizinhas às suas. Na mesma época, foi constituído no local o patrimônio de N. Sra Aparecida das Antas. Em 15 de dezembro de 1928, foi criado o distrito de Fernão Dias. O nome foi abreviado para Fernão e elevado a município em 27 de dezembro de 1995. População: 1.350 habitantes.

Dia 27 - Gavião Peixoto
Dia 27 - Salto Grande
Dia 27 - Tapiratiba
Dia 29 - Avanhandava
Dia 30 - Barrinha
Dia 30 - Brejo Alegre
Dia 30 - Caiabu
Dia 30 - Charqueada
Dia 30 - Divinolândia
Dia 30 - Florínea



O lugarejo que deu origem ao município começou a se formar por volta de 1950. Fundado oficialmente em 27 de janeiro de 1952, o povoado de Ouroeste foi se constituindo aos poucos, com base na lavoura de subsistência, sobretudo de grãos como o milho, o arroz e o café, e na pequena criação de gado. Embora sua produção fosse modesta, seus antigos moradores conseguiram desenvolver uma pequena atividade comercial. Tornou-se município autônomo em 27 de dezembro de 1995. População: 8.500 habitantes



A origem de Trabiju está ligada à chegada da Estrada de Ferro Douradense. A colônia ferroviária se expandiu, sendo elevada a distrito em 22 de junho de 1934. Em 1966, foi decretada a extinção dos ramais deficitários e Trabiju entrou em crise, com a transferência de parte da população para outros municípios. Acredita-se que Trabiju é uma corruptela da expressão trés bijou, utilizada pelos engenheiros franceses na época. População: 1.500 habitantes.

Dia 30 - Platina - 92 anos



Era 'Saltinho do Paranapanema' no início e depois Distrito de Paz de Platina, com dezenas de grandes casas comerciais. Em 24 de dezembro de 1915, elevou-se à categoria de Município, porém, ao passar por uma fase de decadência perdeu essa condição e voltou a ser distrito, em 1934, perdendo parte de seu território para Assis. Em 30 de dezembro de 1953, Platina voltou à categoria de município, instalando-se novamente em 1º de janeiro de 1955. População: 11.500 habitantes

Dia 30 - Glicério
Dia 30 - Icem
Dia 30 - Igaratá
Dia 30 - Ipuiguá
Dia 30 - Lupércio
Dia 30 - Nova Europa
Dia 30 - Riversul
Dia 30 - Vargem
Dia 31 - Altair
Dia 31 - Santa Cruz da Esperança

Janeiro

Dia 14 - Miguelópolis - 73 anos



Na margem do rio Grande, entre o Sapucaí e o Ribeirão do Carmo, o povoamento iniciou-se por volta de 1895, quando alguns desbravadores aí se fixaram, embora precariamente. Em torno de 1910, foi construída uma capela em louvor a São Miguel Arcanjo. A povoação ficou conhecida como patrimônio de São Miguel até outubro de 1927, quando a Lei criou o Distrito de Paz, com o nome de Miguelópolis, no município de Ituverava. População: 21 mil habitantes.

Dia 06 - Dirce Reis
Dia 06 - Morro Agudo
Dia 09 - Borebi
Dia 09 - Iaras
Dia 12 - Iporanga



Praia Grande pertenceu à cidade de São Vicente até 1967, quando ocorreu sua emancipação política. A emancipação política não aconteceu de repente, nem foi vontade de uma pessoa só. Elas não estavam contentes com os problemas que enfrentavam, como falta de saneamento, escolas, transporte, hospitais, abastecimento de água, luz, vias de acesso. Por isso, os moradores viram a possibilidade de se desmembrar de São Vicente e de Praia Grande ganhar autonomia. População: 315 mil habitantes.

Dia 20 - Braúna
Dia 20 - Cardoso
Dia 20 - Itaju
Dia 20 - Motuca



As terras do atual município de Estrela d'Oeste já eram habitadas desde 1925. Porém, a ocupação efetiva se deu a partir de 1942, com a construção de uma capela sob invocação de N. Sra da Penha, visando a formação do núcleo urbano. O povoado desenvolveu-se primeiramente na Fazenda Ranchão, surgindo aí as famílias Miotto e Cotrim, cujas propriedades foram em partes loteadas contribuindo para a expansão do povoado. O nome da futura cidade foi escolhido por sorteio. População: 8.500 habitantes.



Dia 25 - Vera Cruz - 99 anos

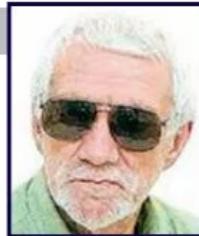
Em 1923, na estrada que ligava Marília a Garça, foi construída uma casa de madeira para ponto de parada das jardineiras. Aos poucos novos estabelecimentos comerciais foram construídos, delineando o pequeno povoado de Vera Cruz. Por ser o nome Vera Cruz bastante difundido, a população local reivindicou a manutenção deste, sendo atendido pela Ferrovia. A partir da Estação, Vera Cruz teve grande afluência das pessoas de diversas partes do Estado, que se dedicaram ao plantio de café. População: 12 mil habitantes.

Dia 20 - Parisi
Dia 20 - Piraju
Dia 20 - Sabino
Dia 20 - Santa Cruz do Rio Pardo
Dia 22 - São Vicente
Dia 25 - Buri
Dia 25 - São Paulo
Dia 26 - Santos
Dia 30 - Guarujá



Dia 31- Barbosa - 54 anos

Em 1907, Joaquim Barbosa de Carvalho, adquiriu 1.000 alqueires de terra prometendo doar 10 alqueires para ser construída uma igreja à N. Sra Aparecida. Em 1932, João Barbosa de Carvalho, fundador do Município, e sua mãe Ricardina Maria de Jesus, construíram a Igreja e procederam aos primeiros loteamentos. O Distrito de Paz de Barbosa foi criado com sede no povoado do mesmo nome e com terras desmembradas dos Municípios de Penápolis e Avanhandava, em 1944. População: 8 mil habitantes.



Um grão de milho sobre a mesa

O improvável pode ter várias dimensões. E, no seu oscilar do pequeno ao grande, posso dizer que, de repente, me vi diante de um de exíguo tamanho. É que tendo sentado, como sempre faço para tomar um chá na lanchonete, de repente avistei, num cantinho da mesa sob o recipiente que abriga guardanapos de papel, um bago de milho. Imediatamente o acaso me remeteu a duas crônicas que escrevi, no passado, contando sobre duas pessoas que também encontraram sementes de cereais; que, de alguma forma, mexeram com suas vidas.

Bom, no caso das criaturas das minhas narrativas o achado não pintou em lugares improváveis. Pois uma encontrou viçoso bago de feijão num balcão de armazém de secos & molhados, na Vila Industrial. Enquanto outra topou com um de milho no chão do Mercadão, ao se abaixar para pegar nota de dinheiro que caiu na hora do pagamento de conta num box de sapatos.

Nos meus textos narrei a saga do que representou, no dia a dia dos personagens, os singelos achados. Pois um acabou se tornando proprietário de esplêndido milharal; enquanto o outro plantou a inesperada semente de feijão no seu próprio quintal. Até conseguir produção suficiente para elaborar suculenta feijoada que ofereceu aos amigos.

Pois é, mas voltando a mim, ali estava eu diante do baguinho que me olhava na mesa da lanchonete. Até que, convencido pela certeza de que não poderia deixar o dourado espécime ao léu, o envolvi num guardanapinho e enfiei no bolso.

Isto feito, fui remetido à outra avaliação, embutida na pergunta: como a pequena semente chegou ali? Pensei imediatamente, uma vez que minha imaginação não é de todo

infértil, em várias possibilidades. Para, contudo, estacionar na que me pareceu a mais provável: o milho, com certeza, escorrera do pacote que algum alimentador dos pombos do Largo do Rosário, em Campinas, depositou em cima da mesa na hora de saborear seu moka. E mais não especulei sobre o tema.

Mas foi na hora de esvaziar os bolsos, já no quarto deste tugúrio que me abriga, na Chácara da Barra, que voltei a encarar o bago de milho. Num primeiro momento confesso, até meio envergonhado, pensei em atira-lo, pura e simplesmente, no lixo. Porém, uma espécie de voz a falar aos meus ouvidos, certamente a mando da Mãe Natureza, me repreendeu. A dizer que o mais certo, o mais razoável, seria plantar a semente. “Para que?”, indaguei. “Ora – a voz da natureza retrucou, a me chamar, sutilmente, de burro – para que nasça”!

Com a ordemposta às minhas responsabilidades de prestante servidor das maravilhas da vida, a primeira resolução acabou sendo de que deveria plantar o milhinho no quintal, ao pé de frondoso arbusto que sombreia o pequeno, porém decente, espaço. Assim, munido de pontuda faca saí para cavar a terra a fim de, nela, inocular o bago. No instante, todavia, de bota-lo no fundo da cova, mudei de ideia. Pois alguma orientação, certamente mandada do imponderável, me afirmou que o correto seria efetuar a semeadura numa lata de leite vazia que certamente encontraria na despensa. E assim foi feito.

Durante o tempo regulamentar que ocorre entre o plantio e o nascer de uma semente de milho (cerca de 7 dias), confesso que pensei pouco na inusitada vida prestes a brotar num cantinho da área de serviço. Agora, o que me é absolutamente impossível

deixar de reconhecer, é que fiquei emocionadíssimo quando o milhinho deu sinal de vida. Brotou, devo garantir, com pompa e circunstância; como se o fizesse aos acordes da “A Primavera”, de Antonio Vivaldi. Com o detalhe de que, dado o primeiro sinal de que a vida estava ali desabrochando, o resto se processou com a rapidez de um “vivace” que se seguisse ao “moderato cantabile”.

Finalmente, com o passar dos dias em que tratei quase a leite de cabra e pão-de-ló o recém-nascido, percebo que ele não poderia mais permanecer na pequena lata onde estava. De cara recusei a possibilidade de transplanta-lo para a área do quintal, pois sobrenadou em minha mente que o arbusto certamente se sentiria deslocado entre duas roseiras, algumas margaridas e pequenos tufo de “guarujás”. Encontrava-me, certamente, diante de um problema.

Que durou pouco, diga-se, pois lembrei de um amigo que, possuindo linda chácara em Joaquim Egídio, mantinha pequena plantação de milho para consumo próprio e de sua criação de aves. Imediatamente, com a latinha, fui para lá.

Assim aconteceu que, de fato, o meu milho da lanchonete acabou inserido no seu meio de vivências e amplitudes. E outro impacto sobre o assunto só vim a ter passado mais de mês. Quando o amigo dono da chácara ligou me convidando para comer um curau:

— Curau? — Berrei, olhos brilhantes — Adoro curau!

— Então venha. Ele foi feito com o milho do pé que você trouxe para cá.

Só que, mesmo adorando a iguaria, não fui. Pois não poderia ver num prato, diante de mim, algo feito d’alguém que cuidei como se meu filho fosse. Bom dia.



ATENÇÃO

Srs. Prefeitos e Presidentes da Câmara de Vereadores
não percam esta única oportunidade.

Está disponível para seus municípios um canal de televisão aberto e digital

TV CANAL DA CIDADANIA

Uma ferramenta importante para a Lei da Transparência, divulgação dos atos da gestão, entre outros e à criação de uma grande rede de comunicação municipalista.



Para maiores informações e consultoria entre em contato:

11 | 2165-9999



ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS



125

casa dos
municípios

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS

Associação Paulista de Municípios - APM - está em novo endereço, na Rua Araçari, 125, Itaim Bibi. Passa a se chamar "CASA DOS MUNICÍPIOS", espaço que pretende ser democrático, para que Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores de todo o Estado, e também de outros Estados, a tenham como ponto de referência quando de suas estadas em nossa Capital.

"HAPPY HOUR" DO MUNICIPALISMO

Todas as quartas-feiras, a partir das 17 horas, a "CASA DOS MUNICÍPIOS" recepcionará os Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e demais agentes públicos municipais que estejam na Capital para um final de dia agradável, descontraído e de troca de experiências e informações.

CNM - Confederação Nacional de Municípios

A "Casa dos Municípios" será também a subsede da CNM em São Paulo, o que aperfeiçoará nosso engajamento à agenda nacional defendida por ela, como também possibilitará aos Municipalistas de outros Estados usufruírem de nossas instalações quando estiverem em São Paulo

TVAPM E TV MUNICIPALISTA

Na "CASA DOS MUNICÍPIOS" estará instalado o estúdio da TVAPM e da TV MUNICIPALISTA, que se caracterizarão como veículos de comunicação de nossas bandeiras, integrando e divulgando as iniciativas dos municípios. Nossas Prefeituras e Câmaras Municipais poderão utilizá-las para divulgarem seus projetos, atividades e ações.

ONDE ESTAMOS

Rua Araçari, 125 - Itaim Bibi - São Paulo - SP
Cep: 01453-020 - Fone: (11) 2165-9999
www.apaulista.org.br - apaulista@apaulista.org.br

